

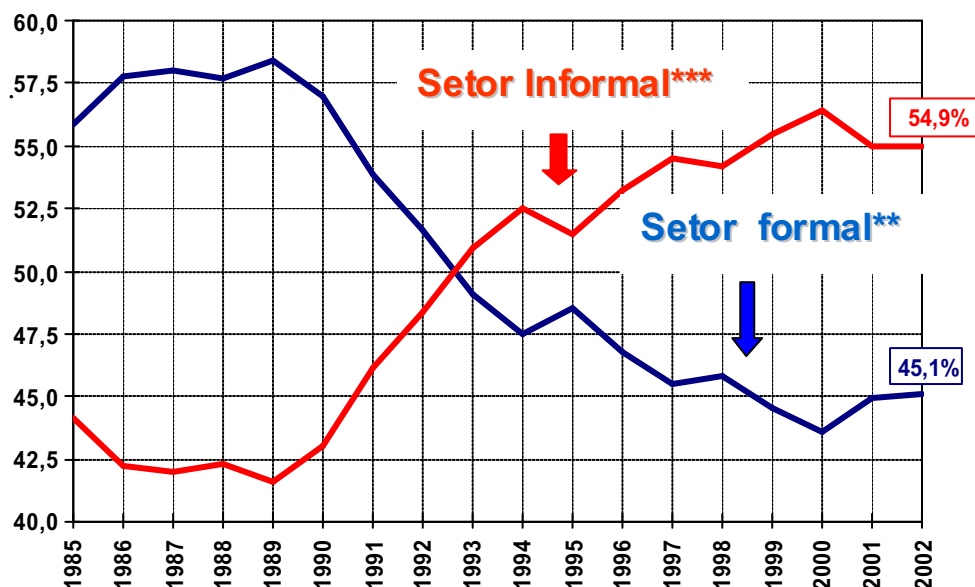
1 INTRODUÇÃO

Ao analisarmos as transformações que vêm ocorrendo no Brasil, nas últimas três décadas, perceberemos que a partir da metade final da década de 70, e durante todos os anos 80 e 90, importantes mudanças ocorreram. O Brasil e o chamado “terceiro mundo” assistem a uma degradação cada vez maior da qualidade de vida de sua população, que se verifica em aumento da taxa de desemprego (de 4% em 97 para 8% em 2002, segundo o IBGE), aumento da proporção de pessoas ocupadas em trabalho informal (ver quadro 1), grave concentração de rendas, pois, segundo estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, divulgado em 01/06/2005¹, cerca de 1% dos brasileiros (os mais ricos) detém uma renda equivalente à renda dos 50% mais pobres da população. O país está atrás apenas de Serra Leoa no ranking da desigualdade social em uma lista de 130 países e a concentração de terras no país é equivalente à concentração de renda, já que a metade das terras do Brasil está nas mãos de 2% dos proprietários (SANTOS FILHO, 2004).

A implantação das políticas neoliberais, as novas tecnologias de produção e de gestão, a dependência econômica externa e a redução dos investimentos públicos em programas sociais (até 2002), dentre outros fatores, agravaram a crise histórica do estado brasileiro e deterioraram as condições de vida da população em geral pois provocaram o

¹ <http://conferencia.direitos.org.br/node/view/3527>, acessado em 09/07/2005.

desemprego estrutural, falta de acesso à educação de qualidade, precarização dos postos de trabalho, violência urbana e degradação ambiental generalizada.



Quadro 1- Brasil - Distribuição relativa dos ocupados segundo a posição na Ocupação no trabalho principal - Brasil Metropolitano*

(Fonte: IBGE)

(*) Agregação das seguintes regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

(**) Formal: número absoluto de pessoal ocupado do setor público e privado (ambos com carteira/ CLT).

(***) Informal: número absoluto de pessoal ocupado sem carteira, por conta própria, empregadores e outros (inclui servidores públicos: estatutários, militares e sem-carteira, neste caso, inclusive membros do alto escalão do Executivo e Legislativo)

Ao lado da crise social, observamos também uma degradação ambiental que ameaça a vida humana no planeta. Hoje, 30% da capacidade produtiva da Terra já se perdeu devido à perda da biodiversidade. No Brasil assistimos ao desmatamento do cerrado para plantio da soja, a devastação da floresta amazônica, redução dos estoques pesqueiros e poluição de mananciais de água.

Essa percepção nos conduz à discussão da sustentabilidade do modo de vida atual. Até quando a sociedade e o planeta suportam os modos de produção e a distribuição dos resultados (positivos e negativos) como são feitos hoje? É um tema corrente hoje a discussão

sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade. Ideólogos de várias matizes professam suas concepções sobre o tema (negócios sustentáveis, sociedade sustentável, projeto sustentável, desenvolvimento sustentável ...). Entretanto, a discussão sobre a sustentabilidade, muitas vezes, põe do mesmo lado da mesa concepções antagônicas, é necessário abordar de forma mais cuidadosa esses discursos pois a sustentabilidade pode ter vários objetivos e objetos.

O objeto de estudo desta dissertação é a comunidade de Ilha d'Ajuda, situada no município de Jaguaripe, ao sul do Recôncavo Baiano, que tem sua pequena população de 1300 habitantes vivendo muitas das dificuldades que são comuns a tantas outras comunidades brasileiras, tais como carência de empregos, educação, saúde, saneamento, degradação ambiental, pouca participação nos processos decisórios, etc. A escolha se deu por conta da importância deste município, que é um dos mais antigos centros urbanos do estado da Bahia. Embora as informações levantadas sejam específicas desta localidade, os problemas e dificuldades apontadas são semelhantes a milhares de outras existentes no Brasil. A questão de partida assumida foi *“Como se define o modo de sustentabilidade no desenvolvimento da comunidade de Ilha d'Ajuda?”*.

O foco no estudo em uma comunidade justifica-se por ser o espaço de articulações e conflito de interesses. São nas comunidades onde, de fato, vivem as pessoas. O desenvolvimento local é fruto das disputas sociais e ocorre em um território. É de interesse estudar o papel dos agentes da ação local, ONGs, organizações populares (cooperativas, associações, etc.) e de trabalhadores (colônia de pesca), governos locais (políticas públicas de acesso ao crédito, geração de renda, reinserção profissional, etc.), entidades empresariais e organizações políticas não estatais (agências de desenvolvimento).

O método de pesquisa utilizado nesse trabalho é o de estudo de caso, incorporando investigação *ex post facto*, pois se trata de uma pesquisa não experimental,

sobre fatos já acontecidos, onde não é possível manipular variáveis para se chegar a conclusões. O estudo de caso é uma técnica muito adequada para estudo de fenômenos abrangentes e complexos, e que precisam ser estudados dentro de seus contextos (BONOMA, 1985).

A pesquisa tem as características de um estudo descritivo, qualitativo e derivado da observação da realidade. Adotou-se como técnica de captação de dados uma observação de campo com entrevistas. A preocupação maior foi de natureza qualitativa e para tal foi feita uma imersão a campo, próximo de um trabalho de observação participante e próximo de um olhar etnográfico da realidade.

Para esse trabalho seguimos os seguintes passos:

1. Conhecer o campo de estudo: Buscamos nos interar dos costumes da comunidade, como produzem, como se relacionam com a natureza, quais os atores sociais presentes, etc;

2. Conduzir o campo de estudo: Buscamos enfatizar nossa atuação no estabelecimento de boas relações com o grupo pesquisado, o que favoreceu a fidedignidade das informações levantadas;

3. Gravando os dados: Iniciamos o período de aclimatização sem realizar anotações para não promover o constrangimento entre pesquisador-pesquisado. Após este período a investigação seguiu um procedimento de anotações dos dados observados e incluiu a gravação em meio digital de alguns depoimentos, quando isso foi possível;

4. Análise dos dados: A interpretação foi realizada de forma contextualizada, dialética, procurando unir dados observados aos esclarecimentos promovidos pelo processo interativo entre pesquisador-pesquisados;

Essa imersão na comunidade propiciou o estabelecimento de relações informais, significativamente valiosas no tratamento qualitativo dos dados que foram obtidos. Foi um mergulho na cultura do local, naquele habitat, para entender sua lógica, sua ordem simbólica, entrando na sua teia social que constitui as relações internas do grupo e entre os diferentes grupos.

Para alcançar o objetivo deste estudo (compreender como se define a sustentabilidade no desenvolvimento de uma pequena comunidade pesqueira), esta dissertação, além da introdução, estrutura-se em dois capítulos e mais a conclusão, referências e anexos. Num primeiro momento iremos nos dedicar a uma discussão conceitual que ajudará a entender melhor a realidade e o objeto da nossa investigação. Nossa discussão conceitual aborda o problema da crise ambiental, o desenvolvimento de comunidades, participação e sustentabilidade, temas e conceitos relevantes para a interpretação do caso em estudo. Em seguida (terceiro capítulo) apresentamos o caso do estudo, que é a comunidade de Ilha d'Ajuda, onde são apresentadas as informações levantadas nesta localidade.

Para melhor compreensão dos papéis desempenhados por cada ator social presente em Ilha d'Ajuda, como cada um percebe os problemas e suas estratégias para conviver com ou superar os problemas, a nossa análise baseia-se no esquema analítico proposto por Andrade (2003:172), que embora não seja proposto como um esquema genérico e prescritivo, leva necessariamente a um estudo consistente da situação problema em foco. Andrade propõe as seguintes fases para a análise:

Fase I: Contextualização das Situações-Problema Sócio-Ambientais

1. Reconstituição histórica das situações-problema.
2. Identificação dos principais atores envolvidos.
3. Verificação do que cada um dos atores percebe como problema.

4. Identificação dos elementos ambientais e seus diferentes modos de apropriação social.
5. Mapeamento dos interesses, expectativas e objetivos cristalizados em torno dos recursos.

Fase II: Reconhecimento do Espaço Social Construído e Desdobramentos

Político-Institucionais

1. Identificação dos sistemas de regras de controle e modos de regulação privilegiados pelos atores.
2. Tradução das lógicas de ação e dos princípios de argumentação adotados pelos atores.
3. Reconstituição das diferentes redes interorganizacionais de representação de interesses e visualização dos pontos de convergência e de distanciamento entre estas.
4. Reconhecimento dos objetos-chave utilizados por cada uma das redes como formas de ação e de confronto.

Fase III: Análise do Processo de Gestão das Situações-Problema Sócio-

Ambientais

1. Investigação das tendências de (re)acomodação da estrutura de correlação de forças, em jogo, através de políticas de aliança e barganha.
2. Construção das estratégias de ação dos atores para a gestão dos recursos.
3. Verificação dos papéis dos atores no processo de mediação e regulação do

conflito.

4. Busca da cooperação, entre as partes, através da negociação de acordos e compromissos.
5. Balanço entre conflito/cooperação dos acordos extraídos.

O presente trabalho avança até a fase II da grade analítica de Andrade, não avançando na busca de cooperação e construção de estratégias para a superação dos problemas verificados.

2 DISCUSSÃO CONCEITUAL

Nesse capítulo abordaremos alguns conceitos que serão importantes para o entendimento do caso estudado. O problema da crise ambiental, desenvolvimento de comunidades, participação e sustentabilidade são palavras chaves para se compreender a realidade da comunidade de Ilha d’Ajuda, que é objeto do estudo.

2.1 PROBLEMA DA CRISE AMBIENTAL

A intensidade com que a degradação do meio social, cultural, econômico e natural atingiu a comunidade de Ilha d’Ajuda introduz a discussão sobre a sustentabilidade na gestão do desenvolvimento de comunidades. A poluição e degradação do meio ambiente natural e a leitura das informações oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições² indicam a urgência de mudanças para a construção conjunta de novas formas de produção, ordenamento das atividades atuais e ações de preservação ambiental buscando a criação de uma base sustentável para o desenvolvimento dessa comunidade.

² Dados do município de Jaguaripe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde - DATASUS/MS; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Banco Central do Brasil - BACEN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda - STN/MF e Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN/MJ. Ver anexo 1.

Conforme veremos no capítulo 3, a destruição dos manguezais, construções irregulares, redução da produção pesqueira, falta de saneamento básico e a degradação sócio econômica são problemas facilmente detectáveis nessa comunidade. Infelizmente, porém, não apenas na Ilha d’Ajuda. Na verdade esses problemas são a realidade de grande parcela das comunidades urbanas e rurais do Brasil.

O crescimento das atividades econômicas e da população nos padrões e valores atuais está degradando e destruindo o meio ambiente e os recursos naturais. A extinção de espécies, a contaminação do ar e da água, a crise de empregos e de identidade cultural são alguns indicadores dessa degradação.

Essa crise ambiental que tanto se fala nos dias de hoje decorre do fato que muitos recursos naturais de fundamental importância para a sociedade atual são de caráter não-renovável, exauríveis, e muitos outros, mesmo renováveis, estão sendo consumidos a uma taxa superior à capacidade do planeta em criá-los.

Nesse sentido, o Centro de Estudos para a Sustentabilidade (México) e o Conselho da Terra elaboraram o conceito da “pegada ecológica” (*ecological footprint*, no original), um meio de calcular e medir o impacto ambiental total realizado por uma nação – ou seja, o quanto de natureza essa nação usa (SENAC, 1999:13). O resultado dessa pesquisa feita em dezembro de 1997 apontou que os homens utilizam 1/3 a mais do que a natureza pode regenerar, ou seja, nossa “pegada” já é 35% maior do que o espaço biologicamente produtivo de que dispomos. O estudo mostra ainda o desequilíbrio desse “consumo”, pois apenas 1/4 da humanidade consome 3/4 de todos os recursos mundiais (o americano médio tem uma pegada ecológica de 7,76 ou seja, se toda a população da terra adotasse esse modelo de vida, seriam necessários quase 8 planetas terras para suportar!), daí porque é necessária a discussão local do modelo de desenvolvimento apropriado uma vez que o modelo de vida americano (tido como padrão-modelo hoje) não é sustentável ou não pode implantar-se em

todo o planeta. Para Fritjof Capra (CAPRA, 2002:157), “Nessa precária situação é essencial que a humanidade reduza sistematicamente o impacto das suas atividades sobre o ambiente natural”.

A redução dos impactos das atividades humanas sobre o meio ambiente já havia sido preocupação de um grupo de empresários, políticos e pensadores europeus, que em 1971 encomendou ao MIT –Instituto de Tecnologia de Massachussets, nos Estados Unidos um estudo sobre as possibilidades futuras do crescimento econômico e social. O relatório desse trabalho foi intitulado *The Limits to Growth* (limites do crescimento). O resultado desse estudo foi uma proposta chamada de “Crescimento Zero”, que proclamava que seria necessário que a população e a indústrias parassem de crescer para assegurar a continuidade da atividade econômica e da espécie humana no planeta. Essa proposta foi muito criticada na época porque cada país deveria parar onde estava, congelava as desigualdades para sanar impasses ecológicos resultantes do desenvolvimento dos mais ricos.

Essa proposta não foi adotada por nenhum país, mas teve o mérito de provocar debates nacionais e internacionais, inclusive as conferências das Nações Unidas (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo em 1972 e a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro em 1992).

Para Guerreiro Ramos, o argumento em favor dessa estratégia do *crescimento zero* é uma admissão da bancarrota do atual sistema de mercado. (RAMOS, 1981:181).

Essa crise ambiental afetou muitos dos valores do projeto central da modernidade, que se constitui na valorização do artificial em detrimento do natural, onde a natureza, que antes era objeto de apropriação e exploração, passa a ser positivamente valorada frente ao panorama de escassez de recursos naturais (LAYRARGUES, 2004),

A crise ambiental existente na comunidade de Ilha d' Ajuda, objeto do nosso estudo de caso, é muito evidente, especialmente quanto à poluição dos manguezais e contaminação do poço usado para abastecimento público de água. Essa poluição é decorrente de um processo de desenvolvimento de comunidade não planejado e desatento para os impactos ambientais dessa ocupação, esse desenvolvimento envolve fatores sociais, culturais e políticos. Assim, o problema da crise ambiental se liga ao desenvolvimento de comunidades e torna-se pertinente um estudo sobre comunidades e seu desenvolvimento para um melhor entendimento daquela realidade.

2.2 COMUNIDADE E SEU DESENVOLVIMENTO

2.2.1 Considerações sobre o termo comunidade

No Dicionário Aurélio, comunidade é “qualquer grupo social cujos membros habitam uma região determinada, têm um mesmo governo e estão irmanados por uma mesma herança cultural e histórica.” (Aurélio,1999). Mas como veremos adiante essa definição é insuficiente para o nosso trabalho.

Segundo Kalina e Kovadloff, o sentido histórico de comunidade descende da concepção grega de cidade, uma vez que os gregos do século VI e VII antes de Cristo conceberam a *polis* como uma comunidade, ou seja, uma organização cujos assuntos eram de interesse coletivo. Para esses autores “a *polis* foi o lugar onde o homem chegava a ser ele mesmo. Assim, para os gregos, muito mais do que o lugar do trabalho, isto é, da produção, a *polis* foi o âmbito de encontro interpessoal, do diálogo e das celebrações. Ela pode estar referida tanto à vida comunitária em termos políticos, culturais e morais como econômicos” (KALINA e KOVADLOFF, apud SOUZA, 2004:60).

No Brasil, foram as Comunidades Eclesiásticas de Base, pela ação pastoral da Igreja Católica (décadas de 60 e 70) quem primeiro introduziu o uso do termo comunidade. Posteriormente, as políticas públicas estaduais através dos programas comunitários desenvolvidos nos anos 70 e 80 apropriaram-se do termo, passando a popularizá-lo. (FALCÃO, 2000:4)

Consideramos importante ressaltar o âmbito geográfico da nossa definição escolhida porque atualmente o conceito de comunidade aplica-se a diversas formas de agrupamento humano, assim como é sinônimo impreciso de sociedade até para identificar grupos de discussão na Internet (comunidade católica, comunidade de historiadores, comunidades do Orkut³, etc..). Muito embora, a substância da comunidade não esteja no aspecto físico da área de moradia, e sim no conjunto de relações e inter-relações, de poderes e contra-poderes que se estruturam, tomando como referência a infra-estrutura física e social da área. Também uma mesma área de moradia pode abrigar mais de uma comunidade se os interesses e preocupações comuns dos grupos e subgrupos aí existentes tiverem por base condições existenciais diferentes (SOUZA, 2004:66).

Para Maria Luiza de Souza, “as aglomerações humanas situadas numa base territorial constituem uma comunidade na medida em que a organização do cotidiano leva à criação de canais particulares de expressão, assim como cria relações que, de modo limitado, cumprem diversas funções. A comunidade é o cotidiano dos indivíduos e grupos que partilham de condições sociais comuns e, face a elas, organiza o seu ambiente de relações dentro de uma dinâmica própria”, (SOUZA, 2004:66). A vivência das questões comuns de

³ O Orkut funciona como uma comunidade virtual, onde cada pessoa precisa ser convidada por um membro para poder acessar o site www.orkut.com. O serviço foi inaugurado em janeiro de 2004 e com menos de seis meses no ar, já tinha atingido a marca de 1.000.000 de usuários. Existem milhares de comunidades que o internauta pode se associar. Os temas são os mais diversos possíveis: esportes, ciência, política, artes... e qualquer internauta pode criar uma comunidade com um tema de seu interesse. O nome Orkut é uma homenagem ao seu fundador Orkut Buyukkokten.

transporte, habitação, creche, educação, saúde, lazer e outras necessidades cotidianas cria situações de identidade, que caracterizam a comunidade.

O desenvolvimento das relações capitalistas de produção vem tornando frágeis as relações de amizade, solidariedade e cultura entre os diversos subgrupos que convivem num mesmo espaço geográfico. No campo (área rural) assistimos a exploração e expulsão cada vez mais agressiva do homem pelo capitalismo agrário e nas áreas urbanas, devido à especulação e exploração imobiliária, o espaço urbano é inacessível para a maioria da população. Isso provoca dificuldades para considerar interesses e preocupações comuns como indicadores da realidade comunitária (SOUZA, 2004:65). Também Guerreiro Ramos, afirmava que a racionalidade instrumental, inerente à ciência social dominante no ocidente, “exerce um impacto desfigurador sobre a vida humana associada”, (RAMOS, 1981:1), na medida em que transfere-se para as relações entre os homens em comunidade os mesmos valores e práticas utilizadas pelo mercado capitalista. É de fundamental importância considerar essa realidade contraditória, pois ela influi decisivamente em situações possíveis de enfrentamento dos interesses dessa população.

O indivíduo, afirma Ramos (1981: 143), "precisa participar da comunidade, da mesma forma que tomar parte em especulações que dêem expressão à singularidade de seu caráter". Para ele o interesse pelas pessoas só pode ser harmonizado com o interesse pela produção de mercadorias numa abordagem unidimensional da organização e do ser humano. Em vez de proclamar a possibilidade de uma total integração das metas individuais e organizacionais, Ramos (op. cit.) propõe uma visão multicêntrica de existência, onde a realização do indivíduo está vinculada à sua participação em vários enclaves sociais, diferentes uns dos outros, em sua natureza.

No espaço do mercado, pensado como um enclave socioeconômico, observa-se um fortalecimento da sociabilidade secundária (aquela onde as relações acontecem para

possibilitarem transações mercantis) em detrimento da sociabilidade primária (onde as relações são desejadas por si-mesmo). Na sociabilidade secundária, o que prima na relação não são as pessoas, mas as funções as quais elas suportam (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999:20).

Assim, o conceito de comunidade, que usaremos nesse trabalho, é de um “conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns” (SOUZA, 2004:68).

2.2.2 Desenvolvimento de Comunidades

A função básica do desenvolvimento de comunidades (DC) é descobrir a realidade comunitária dos espaços de moradia e contribuir para ampliar a repercussão participativa dos que fazem essa realidade. (SOUZA, 2004:68).

Para a maioria das pessoas, desenvolver significa aumentar a prosperidade econômica de uma sociedade. No caso de um país, aumentar o PIB. As pessoas confundem crescimento econômico com desenvolvimento.

O desenvolvimento depende não só de fatores econômicos tais como capital financeiro e capital empresarial (propriedade produtiva), mas também de fatores extra-econômicos, como capital humano, capital social⁴ e capital natural. Como o desenvolvimento depende de outras variáveis além da renda, podemos dizer que não basta crescer

⁴ Capital social refere-se ao conjunto composto de coesão social, identificação comum a normas de governança, expressão cultural e comportamento social, os quais tornam a sociedade algo mais do que o somatório de indivíduos (FAO apud Milani,2002:27)

economicamente, aumentando o PIB ou a renda per capita da população, imaginando que todas as outras virão naturalmente em decorrência (REDESOL, 2005:10).

O capital humano está associado aos indivíduos, diz respeito a níveis de educação, saúde, renda, etc. e o capital social são produzidos pelas relações cooperativas entre os indivíduos, aumentando a capacidade das pessoas para que elas possam superar problemas e aproveitar oportunidades.

São as relações cooperativas entre indivíduos que geram padrões replicáveis de convivencialidade – que produzem capital social. É preciso ter em mente que quando se fala em desenvolvimento local, está se falando em desenvolvimento social, porquanto desenvolvimento é um conceito que se aplica à sociedades humanas e não a porções do território físico. Daí porque o processo de desenvolvimento local conforma territorialidades tecidas por configurações particulares de redes sociais. O sócio-território pode abranger um bairro, um município, toda uma mesorregião⁵ ou maior.

Se o capital social for baixo, mesmo que o capital financeiro e humano seja alto, não é possível alcançar altas taxas de crescimento por longos períodos. Não é o crescimento sustentado que leva ao desenvolvimento sustentável, é exatamente o inverso.

Para que a comunidade possa participar de igual para igual do diálogo com representantes do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor, ela necessita de lideranças e organizações comunitárias legítimas, que dêem maior organicidade, suporte e continuidade à mobilização social (BARTH, 2002:33). Uma tipologia dos níveis de participação foi proposta pela pesquisadora Sherry Arnstein em 1969 e continua aplicável nos dias atuais.

⁵ Mesorregiões são espaços territoriais, marcados por identidade histórica, cultural, natural, social e política e que possuem problemas sociais, institucionais e de dinamismo econômico comuns. (ETGES, 2004)

Estudar a escala de participação e a qualificação dos atores sociais nos processos comunitários é o objetivo do próximo tópico.

2.3 PARTICIPAÇÃO

A ação do desenvolvimento de comunidades realiza-se a partir de iniciativas do setor público, do setor privado ou do terceiro setor. Essa ação é motivada por processos decorrentes do movimento social ou como estratégias do setor público, dentro da sua política desenvolvimentista. Para Sérgio Buarque, mesmo quando decisões externas – de ordem política ou econômica – tenham um papel decisivo na reestruturação sócio-econômica do município ou localidade, o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização⁶ e iniciativas dos atores locais em torno de um projeto coletivo. (BUARQUE, 1999:10). Em todos os casos, a participação popular é condição importante para se chegar aos seus objetivos.

Para Barth (BARTH, 2002:26), a participação consiste na criação e consolidação de espaços de diálogo entre o setor público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, onde são tomadas as decisões, ou seja, onde há delegação e compartilhamento do poder.

Como veremos adiante, podemos utilizar vários modelos de participação da sociedade no planejamento e na gestão pública do desenvolvimento local, antes porém, é importante distinguir, conceitualmente, atores sociais e Estado, formas de organização da sociedade e instâncias de participação, especialmente para compreender a diferença da lógica e funcionamento dos mesmos. De forma simplificada podem ser feitas as seguintes

⁶ A mobilização social é entendida como um processo que, através da conscientização e capacitação, possibilita uma melhor estrutura organizacional na comunidade, permitindo aos moradores exercerem atividades autogestionadas, fortalecendo, assim, sua cidadania.

diferenciações conceituais entre atores sociais, Estado e conselhos de participação (BUARQUE, 1999:27):

a) Atores sociais são os grupos e segmentos sociais diferenciados na sociedade que constituem conjuntos relativamente homogêneos segundo sua posição na vida econômica e na vida sócio-cultural e que, por sua prática coletiva, constroem identidades e espaços de influência dos seus interesses e suas visões de mundo. Os atores sociais organizam-se e manifestam-se por intermédio de entidades, organizações, associações, lobbies e grupos de pressão política, expressando sempre interesses e visões de mundo, diferenciados segundo o corte temático ou espacial, podendo ser dividido em três conjuntos:

- corporativos – expressos em diferentes organizações (sindicatos, federações e associações profissionais e empresariais) que apresentam solidariedade temática e perseguem interesses reivindicativos (disputa pela riqueza social);
- comunitários – expressos em associações comunitárias que tendem a ter uma solidariedade territorial e interesses reivindicativos em torno de infra-estrutura social (disputa pelos excedentes econômicos);
- temáticos – expressos em movimentos sociais que representam visões do mundo e propostas acima dos interesses de grupos sociais e territoriais (meio ambiente, direitos civis, etc.), constituindo-se influenciadores de políticas e iniciativas governamentais nas áreas de interesse específico.

É importante distinguir dentre os atores sociais, as ONGs – Organizações não-governamentais, entidades privadas, sem fins lucrativos, organizadas por área de atuação e voltadas para a assessoria e o suporte técnico à sociedade, com base em competências técnicas diferenciadas. Normalmente, as ONGs tendem a assumir compromissos políticos e ideológicos que os aproximam dos segmentos sociais marginalizados.

b) Estado é a instância jurídico-política que sintetiza o jogo de interesses e poderes dos atores sociais em conflito e cooperação, consolidando e expressando uma estrutura de poder na sociedade. O Estado não é um ator – da mesma natureza dos grupos e segmentos sociais – mas uma expressão dos seus interesses e poderes diferenciados e representação do projeto e vontade dominante na sociedade em cada momento. Deste ponto de vista, o Estado não é um ente autônomo e desvinculado da sociedade, nem tem vontade própria, sendo a expressão dos atores, seus interesses diferenciados e suas relações de poder.

Portanto, os órgãos públicos, vinculados ao Estado em diferentes áreas de intervenção (e diferentes instâncias), atuam, normalmente, com a racionalidade técnica incorporando a visão de governo nos segmentos específicos de atuação e a visão política dominante em cada momento.

c) Conselhos e Fóruns de Participação são os espaços de participação dos atores sociais e de negociação de interesses diferenciados da sociedade entre si e de influência sobre o Estado e as instituições públicas. É a instância de participação por excelência, constituindo-se num dos campos de disputa política e jogo de interesses dos atores. Pode ser limitado à representação dos atores ou juntar para negociação os atores e as representações dos órgãos públicos.

Como a participação é elemento básico às várias concepções do desenvolvimento de comunidades, é necessário considerar a sua diversidade de significações, pois nem sempre ela se dá de forma a ampliar as condições de cidadania e de organização da população envolvida, estimulando e contribuindo para que a população encontre meios de superação das contínuas pressões econômicas, políticas e culturais a que estão sujeitas.

Quando falamos em Participação estamos falando em distribuição de poder, em capacidade para discutir e decidir ações e alocações de recursos. Participação, ao contrário do que muitos pensam, não significa harmonia e unanimidade, “participação essencialmente

implica em conflito de idéias, de propostas, de opiniões que competem entre si” (BROSE, 2003:38). O caminho para se chegar à participação plena (participação com controle cidadão) não é um caminho fácil. Para Nunes (2002), a interiorização do estigma da incapacidade e dependência, na população mais pobre e excluída da sociedade, e a falta de experiência na ação coletiva prolongada são entraves cognitivos à participação e faz com que muitos se considerem incapazes de tomar parte em discussões desse tipo.

A participação comunitária pode se dar em vários níveis, desde a manipulação (não-participação) até o total controle cidadão. Em 1969 a pesquisadora Sherry Arnstein propôs uma “escada da participação”, com base na sua experiência de muitos anos com programas de urbanização de guetos de população negra em grandes cidades americanas.

Os níveis de participação foram assim divididos (ARNSTEIN, 1969: 216):

Tabela 1 – Oito degraus da escada da participação.

8	Controle Cidadão	Níveis de poder cidadão
7	Delegação de Poder	
6	Parceria	
5	Pacificação	Níveis de concessão mínima de poder
4	Consulta	
3	Informação	
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	

FONTE: (ARNSTEIN, 1969: 217)

Participação Manipulada – A participação é aparente, com representantes da comunidade integrando conselhos oficiais apenas para dar respaldo legal ou político para as decisões ali tomadas. São informados genericamente sobre os assuntos discutidos e só após a implementação é que vão perceber que validaram com suas assinaturas, porém não questionaram sobre vários aspectos que os impactam. Esse tipo de envolvimento é uma não-participação, é manipulação.

Participação Terapia – É um tipo de não-participação cujo objetivo real é “educar” ou “curar” os participantes. Psicólogos, Assistentes Sociais e Psiquiatras reúnem os moradores para ajudá-los a “ajustar seus valores e atitudes aos da sociedade” (ARNSTEIN, 1969; 221).

Participação Passiva (informação) – As pessoas participam recebendo informações sobre o que já foi decidido ou feito. A informação flui apenas em um sentido e as ferramentas mais comuns nesse tipo de ação são os jornais, folhetos, cartazes e respostas a questionamentos. Reuniões também podem ser transformadas em veículos de comunicação “mão-única” quando elas apenas fornecem informações superficiais, desencorajam questionamentos ou dão respostas irrelevantes ou em linguagem inacessível aos presentes, que se sentem intimidados e não questionam mais.

Participação por Consulta – Nesta condição, as pessoas são convidadas a emitirem suas opiniões, através de reuniões de bairro, respondendo a questionários, ou ainda através de audiências públicas. Agentes externos definem os problemas, os processos de coletas de informações e controlam as análises. Não existe a obrigação de considerar o ponto de vista das pessoas. Nestes casos, com frequência, a participação é medida pelo número de presentes nas reuniões, quantos folhetos informativos foram pegos, ou quantos questionários foram preenchidos e isto é usado como evidência de que o processo foi participativo.

Participação por Pacificação – Neste modelo de participação é concedido acesso a representantes eleitos da comunidade em comitês com efetivo poder de decisão. Isso simboliza a participação comunitária e reduz as pressões aos gestores do processo. Porém, a representatividade da comunidade é incapaz de definir a decisão. A maioria, comprometida previamente com determinada posição, decide independente da vontade dos representantes da comunidade.

Participação por Parceria – Neste nível o poder é distribuído entre a comunidade e os gestores dos projetos. É feito um acordo para compartilhar o planejamento e as responsabilidades das decisões e são estabelecidos critérios para a resolução de impasses. Após estas regras básicas serem estabelecidas conjuntamente, elas não podem ser alteradas unilateralmente. A parceria funciona melhor quando existe uma organização na comunidade com capacidade técnica e capacidade financeira para pagar seu assessoramento técnico ou jurídico (poder de barganha). Na maioria das situações em que a parceria ocorre, ela é muito mais conquistada pela comunidade que concedida pelos gestores.

Participação por Delegação – Neste caso a representação da comunidade nos comitês decisórios é significativa a tal ponto que obriga os gestores a negociarem qualquer modificação ou implantação de novos projetos.

Participação com Controle Cidadão – Essa situação ocorre quando a comunidade através de sua organização tem acesso à fonte de recursos sem intermediação do poder municipal ou de outro nível.

A participação efetiva da comunidade nas decisões que afetam a sua realidade é fator fundamental para a sustentabilidade do desenvolvimento e para garantir a efetiva consideração dos fatores endógenos em qualquer processo de mudança. A manipulação ou a simples informação não garantem o envolvimento necessário da comunidade para prover a desejada sustentabilidade.

Nos próximos tópicos desse trabalho abordaremos sustentabilidade e desenvolvimento local sustentável. A nossa observação em torno dos debates sobre sustentabilidade, é que a expressão “desenvolvimento sustentável” tornou-se remédio para todos os males e permite que pessoas com posições inconciliáveis no debate sócio-ambiental pareçam estar no mesmo lado, defendendo as mesmas posições, sem contudo abrirem mão das suas idéias.

Desenvolvimento sustentável tornou-se a palavra chave para as agências de desenvolvimento internacionais, um objetivo para os trabalhos de responsabilidade empresarial, um jargão para gestores e políticos, um slogan para ativistas sócio-ambientais, temas para conferências e teses de mestrado e doutorado, etc. Desenvolvimento sustentável é o paradigma de desenvolvimento da atualidade.

2.4 SUSTENTABILIDADE

Muitas instituições e estudiosos têm teorizado sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável. Essa multiplicidade de conceitos e propostas demonstra que não existe um consenso sobre a matéria.

A noção de desenvolvimento sustentável difundiu-se a partir do Relatório Brundtland, apresentado em 1987 pela Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, e intitulado “Our Common Future” (mais conhecido por relatório Brundtland). O relatório diz que “Desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades” (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991:46).

No Brasil, a noção de desenvolvimento sustentável começou a ser internalizada já na Constituição Federal de 1988, através do artigo 225, “caput”, que diz: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1997), mas só após a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (UNCED/ECO92), realizada no Rio de Janeiro em 1992 é que começou a ser amplamente utilizada pelos cientistas, estudiosos e políticos do meio ambiente.

Segundo o Relatório Brundtland, uma série de medidas deve ser tomada pelos Estados nacionais:

- a) limitação do crescimento populacional;
- b) garantia de alimentação em longo prazo;
- c) preservação da biodiversidade e dos ecossistemas;
- d) diminuição do consumo de energia e desenvolvimento de tecnologias que admitem o uso de fontes energéticas renováveis;
- e) aumento da produção industrial nos países não-industrializados à base de tecnologias ecologicamente adaptadas;
- f) controle da urbanização selvagem e integração entre campo e cidades menores;
- g) as necessidades básicas devem ser satisfeitas.

No nível internacional, as metas propostas pelo Relatório são as seguintes:

- a) as organizações do desenvolvimento devem adotar a estratégia de desenvolvimento sustentável;

- b) a comunidade internacional deve proteger os ecossistemas supranacionais como a Antártica, os oceanos, o espaço;
- c) guerras devem ser banidas;
- d) a ONU deve implantar um programa de desenvolvimento sustentável (COMISSÃO BRUNDTLAND, 1991).

Para Roberta Falcão, a experiência mundial mostra que o crescimento econômico mundial não garante, necessariamente, a redução das desigualdades sociais nem da pobreza em níveis aceitáveis. A sustentabilidade social pressupõe assegurar às pessoas a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais (FALCÃO, 2000:8).

Ao lado do desenvolvimento sustentável, o Relatório Brundtland frisa a necessidade de uma Nova Ordem Econômica Internacional, tendo por premissas a economia de mercado, medidas sócias paliativas e a crença no avanço tecnológico como fator de industrialização limpa e ecologicamente aceitável. Para Mauricio Waldman, este documento traz uma “articulação e conjugação interna de propostas, cujo eixo central é a preocupação em garantir, em novas roupagens, uma continuidade sustentada do sistema”. (WALDMAN, 1992:5).

Nesta visão de Desenvolvimento Sustentável do Relatório Brundtland, pobreza e degradação ambiental são vistas como que formando um círculo vicioso, onde um é causa e efeito do outro, e não, conforme afirma Herculano dos Santos, “como características e resultado histórico de um modo de produção altamente concentrador, econômica e espacialmente” (apud WALDMAN, 1992:5).

Cada sociedade, ao seu tempo, estabeleceu diferentes controles nos ciclos de matéria e energia presentes no meio ambiente. A crise ambiental que presenciamos expressa, na realidade, uma crise inerente ao modo como o meio ambiente foi incorporado pela formação social capitalista. Necessariamente, o que está em discussão é uma

forma específica de apropriação da natureza. Ela é privada e voltada para o lucro, não se confundindo com outras formas de apropriação (WALDMAN, 1992:2).

Conforme visto na definição de Brundtland, o desenvolvimento sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades. É importante observar que essa definição pressupõe uma solidariedade diacrônica com as gerações futuras e não é razoável supor que uma sociedade imediatista, que busca a maximização dos lucros e que não possui sequer a solidariedade sincrônica com a geração atual, possa exercer solidariedade com as futuras gerações. Existe aí, portanto, uma contradição.

Para Guerreiro Ramos, “os limites às atuais atividades do mercado não representam, necessariamente, limites ao crescimento. Há abundância de recursos e substancial capacidade produtiva que permanecem ociosas, graças à falta de um adequado esquema teórico para a organização dessas potencialidades [...]. Os indivíduos, as instituições e os governos precisam livrar-se dos antolhos conceituais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado” (RAMOS, 1981:181). Ramos defende que o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado, como um enclave entre outros enclaves que constituem a tessitura social e que os governos ultrapassem o círculo vicioso do sistema de mercado para tirarem vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos, que não dispõem de dinheiro, como parte de uma sociedade multicêntrica e não apenas centrada no mercado.

Para Max Weber (apud RAMOS, 1981:25) “os valores adotados por uma sociedade são, eles próprios, critérios indicadores daqueles pontos que são importantes para aquela forma particular de vida humana associada, durante um certo período histórico”. Para Guerreiro Ramos (RAMOS 1981:32) é idéia comum hoje, tanto para pensadores liberais como para marxistas, que a motivação econômica é traço supremo da natureza humana e a

teoria econômica formal afirma que o mercado é a categoria fundamental, para a comparação, a avaliação e o desenho dos sistemas sociais. Para pensadores liberais o comércio é a essência da sociedade e a natureza humana é definida na conformidade das qualificações que um homem tem como comerciante. Concluímos daí que a ética social é a ética do mercado. Essa ética se aplica nas relações entre os homens entre si e também na relação destes com a natureza.

As razões políticas e éticas que regulam as relações homens X homens e homens X natureza e a aplicação da tecnologia à produção, agora são os fundamentos do mercado, ou seja, do interesse imediato do indivíduo e do direcionamento de esforços para elevarem ao máximo os seus ganhos.

Portanto, colocado na forma do Relatório Brundtland, a proposição de Desenvolvimento Sustentável tem exíguas possibilidades de tornar-se efetivo, pois dificilmente será incorporada ao sistema uma sustentabilidade que é estranha à lógica de reprodução do capitalismo. Na visão dos eco-capitalistas, “os equilíbrios sociais e ambientais são compatíveis com a apropriação privada da natureza. Suas propostas apontam para políticas que não questionam o tipo de relação tradicionalmente mantida pelo capital com os trabalhadores e o meio ambiente. Seria o caso de combater efeitos da degradação ambiental, mas não suas causas”. (WALDMAN, 1992:10).

Feitas essas considerações de caráter conceitual sobre sustentabilidade, vamos focar agora na sustentabilidade de um processo de desenvolvimento local.

2.5 DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

Os debates e as reflexões que dominam a cena política e técnico-científica internacional sobre modelos e alternativas de desenvolvimento – capazes de enfrentar os desafios e os problemas econômicos, sociais e ambientais contemporâneos – levam em conta uma concepção de desenvolvimento, conhecida como desenvolvimento sustentável. Mesmo com as imprecisões e ambigüidades que ainda cercam o conceito, todos os esforços recentes de desenvolvimento local e municipal têm incorporado, de alguma forma, os postulados de sustentabilidade, procurando assegurar a permanência e a continuidade, a médio e longo prazos, dos avanços e melhorias na qualidade de vida, na organização econômica e na conservação do meio ambiente.

O desenvolvimento local sustentável é o “processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômicos, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações” (BUARQUE, 1994, apud BUARQUE 1999:31). Este conceito contém três grandes conjuntos interligados e com características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento:

- a) a elevação da qualidade de vida e a equidade social constituem objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo esforço de desenvolvimento no curto, médio e longo prazos;
- b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada – representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável;

c) a conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção no longo prazo, sem a qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço.

Desta forma, o desenvolvimento sustentável consiste numa transição para um novo estilo de organização da economia e da sociedade e das suas relações com a natureza, renunciando uma sociedade com equidade social e conservação ambiental. Esta transição de um estilo insustentável para um sustentável deve, contudo, enfrentar e redesenhar a rigidez e as restrições estruturais, que demandam tempo e iniciativas transformadoras da base da organização da sociedade e da economia.

Infelizmente essas propostas não explicitam como será atingida a equidade social e como seria a estrutura de distribuição de rendas.

O desenvolvimento sustentável parte de uma perspectiva de solidariedade entre gerações (da atual com a futura) quando coloca que o bem-estar das gerações atuais não pode comprometer as oportunidades e necessidades futuras; Porém não questiona a solidariedade intra-gerações, pois o bem-estar de uma parcela da geração atual pode ser construído em detrimento de outra parte, com oportunidades desiguais na sociedade.

A parcela da geração atual que padece de pobreza e desigualdade é convidada a se sacrificar em função de um futuro improvável e inponderável para seus filhos e netos, assumindo um comprometimento com o futuro sem sequer ter presente.

Para Rodrigues (RODRIGUES, 2003:66) podemos observar o impacto do capital nos níveis de produtividade. Além da fertilidade natural, resultante das riquezas naturais (solo, topografia, clima, etc.), podemos também falar da fertilidade econômica (tecnologia, organização, infra-estrutura, etc.). Na medida que os investimentos de capital sejam mais

significativos, a fertilidade econômica passa a ser mais determinante para o resultado econômico. Portanto, muitas vezes, regiões com fertilidade natural maior não obtêm êxito, porque não podem competir com outras regiões onde a fertilidade econômica é maior. Daí porque é questionável se pensar em sustentabilidade econômica e social local. A competência mercantil e seus elementos afetam diretamente a sustentabilidade social, que causa os impactos ambientais e que dificultam a sustentabilidade ecológica (pesca predatória, destruição dos manguezais, etc.)

A sustentabilidade está, portanto, na competência frente a outras regiões. Considerando que a principal característica da produção mercantil é a sua instabilidade (variações de preços, disputas de mercado, demandas, etc.) podemos dizer que a causa da insustentabilidade está no mercado.

Na lógica do capitalismo e da teoria econômica formal, a sustentabilidade local deve sempre ser pensada na sua relação com o mundo, pois as condições do mercado global causam impactos na atratividade da produção local.

O próprio conceito de sustentabilidade é relativo. Utilizando-se o exemplo de Rodrigues (2003:67) uma fábrica que possui um sistema de produção limpo e que não degrada o meio ambiente, pode ser considerada sustentável tanto pelos seus acionistas como pela sociedade no seu conjunto, porém, é possível, que os operários dessa fábrica considerem que a sua relação trabalhista seja insustentável. De modo que numa análise de sustentabilidade deve-se explicitar de qual sujeito se está tratando.

Para Patiri, o que é realmente novo na proposta de desenvolvimento local é a forma localizada e participativa de organizar e gerenciar os processos de desenvolvimento. “Trata-se de gerar atividades econômicas que melhorem as condições de vida e trabalho, criando capacidades financeiras, técnicas e administrativas no lugar onde os projetos de desenvolvimento serão implementados, bem como dotando as comunidades e organizações de

conhecimentos e habilidades, para que, de forma menos dependente, possam resolver seus próprios problemas” (PATIRI, 2002: 52). O desenvolvimento local sustentável possibilita que novas estruturas de produção se configurem (cooperativas, redes, empreendimentos solidários). A sustentabilidade é aqui entendida como um conjunto de condições que permitam a continuidade do desenvolvimento, do ponto de vista social, ambiental e econômico.

No próximo capítulo deste trabalho apresentamos os caso de Ilha d’Ajuda, comunidade escolhida para uma aproximação que possibilitasse a verificação dos conceitos vistos na bibliografia consultada.

3 ANÁLISE DO CASO ILHA D'AJUDA

O município de Jaguaripe fica no Recôncavo Baiano e está localizado na parte oeste da Baía de Todos os Santos, entre o mar e o Pantanal baiano (região de mangues, rios e trechos de Mata Atlântica). Integra a Área de Proteção Ambiental (APA) da Baía de Todos os Santos e pertence à Região Econômica Recôncavo Sul⁷. Jaguaripe é um município do corredor central⁸ da Mata Atlântica.

Segundo o Centro de Estatística e Informações da Bahia (CEI, 1994), Jaguaripe possui clima úmido e úmido a sub-úmido, com temperatura média anual de 25,1° C (30,7° C máx e 21,6° C min).

⁷A Lei Estadual nº 6349 de 17 de dezembro de 1991 publicada no Diário Oficial da Bahia de 19 de dezembro de 1991 dividiu o Estado da Bahia em 15 Regiões Econômicas.

A Região Econômica Recôncavo Sul é composta de 33 municípios: Amargosa, Aratuípe, Brejões, Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Elísio Medrado, Governador Mangabeira, Itatim, Jaguaripe, Jiquiriça, Laje, Maragogipe, Milagres, Muniz Ferreira, Muritiba, Mutuípe, Nazaré, Nova Itarana, Salinas da Margarida, Santa Terezinha, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Miguel das Matas, Sapeaçu, Saubara, Ubaira e Varzedo.

⁸O Corredor Central da Mata Atlântica é considerada uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade do planeta.

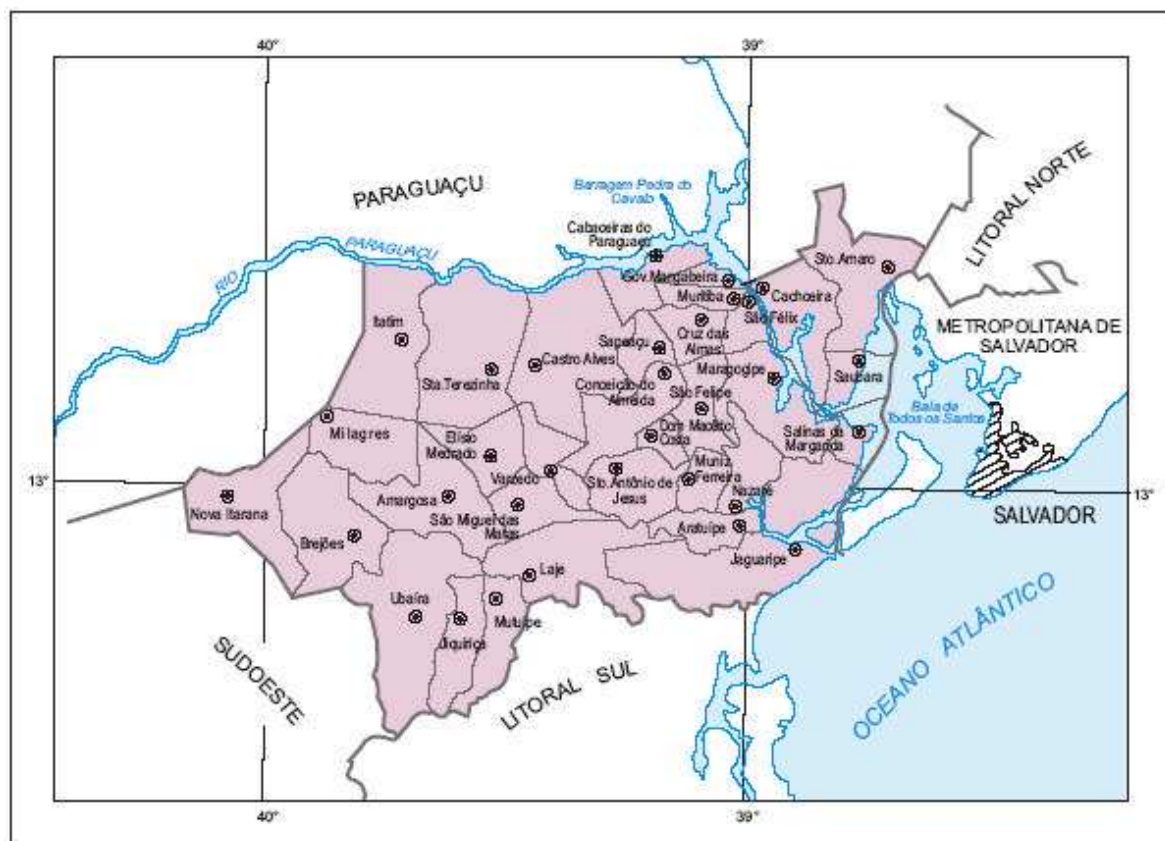


Figura 1 - Região Econômica Recôncavo Sul.

Fonte: <http://www.sei.ba.gov.br/geoambientais/cartogramas/mapasregeco.htm>

O município fica distante 240 km de Salvador pela BR-101, porém esse percurso pode ser reduzido se utilizarmos o sistema Ferry Boat e de Bom Despacho, na Ilha de Itaparica, seguir 56 Km pela BA-001 até a Cidade de Nazaré. Daí, segue-se em direção sul por mais 10 Km até o entroncamento com Jaguaripe, seguindo finalmente mais 12 Km de estrada bastante sinuosa até Jaguaripe.

Segundo Santos (SANTOS, 2002:20), a cidade de Jaguaripe teve, na época da navegação e dos transportes ferroviários, um crescimento urbano significativo, pois servia como ponto de recepção e distribuição de inúmeros produtos agrícolas de diversas regiões do estado.

A instalação das indústrias em Camaçari e Centro Industrial de Aratu, a implantação do sistema de transporte rodoviário (construção da BR 101, da BA 001 e da ponte do Funil) em detrimento da navegação fluvial, a inauguração do sistema Ferry Boat e extinção das ferrovias, contribuíram para a decadência do município.

Hoje, a economia de Jaguaripe sobrevive basicamente da agricultura e da pesca. Este município é o 3º produtor baiano de castanha de caju e uma das poucas localidades baianas a ter rebanho bubalino (criação de búfalos). Tem como culturas principais a cana-de-açúcar, o dendê e a mandioca. Seu rebanho bovino é de 14130 cabeças (IBGE, 2000 - Ver anexo A).

Jaguaripe convive ainda com um índice de analfabetismo e pobreza muito grande. Não possui escola de nível médio e apresenta os indicadores IDE (Índice de Desenvolvimento Econômico) e IDS (Índice de Desenvolvimento Social) conforme a tabela 02, que para efeito de comparação traz também informações de dois municípios vizinhos. A tabela apresenta a classificação de cada município no ranking do estado da Bahia, que ao todo possui 417 municípios.

Observe na tabela 02 que os municípios vizinhos, Aratupe e Salinas, embora apresentem indicadores econômicos mal colocados no ranking do estado, melhoram consideravelmente quando se analisam os indicadores sociais. O mesmo não acontece com Jaguaripe, que é o 260º lugar no ranking estadual em desenvolvimento econômico e cai para 322º lugar quando se analisa o desenvolvimento social.

Tabela 02 - Indicadores Sociais de Jaguaripe e Adjacências**Indicadores Sociais de Jaguaripe e Adjacências****1996 - 1999**

Municípios	IDE Classificação	IDS Classificação	Tx de Escolarização do Ensino Médio
Aratuípe	383°	51°	7,30
Jaguaripe	260°	322°	0,0
Salinas da Margarida	223°	19°	8,6

Fonte: SEI, 1996 e 1999 (Apud Santos, 2002: 28)

I.D.E (Índice de Desenvolvimento Econômico)

I.D.S (Índice de Desenvolvimento Social)

Jaguaripe possui várias praias, rios e três bens tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que são a Casa do Ouvidor, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Ajuda e o Edifício do Paço Municipal (uma das mais antigas casas de Câmara e Cadeia do estado). Sua principal atração turística é a Praia do Garcez e sua Padroeira é Nossa Senhora d'ajuda.

As terras do atual Município, por volta de 1613, eram usadas como porto para o transporte da produção de dendê, coco e piaçava. Formou-se, então, um povoado com o nome de Freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, que em 1693 foi elevado a Município, o primeiro do Recôncavo Baiano, denominado de Vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe. Em 1931 foi extinto e anexado ao Município de Aratuípe, mas devido a um grande protesto dos moradores, foi restaurado a sua condição neste mesmo ano.

Possui uma dimensão territorial de 894,8 Km², e segundo o censo de 2000, do IBGE, tem 13.422 habitantes, com maior parte vivendo na zona rural. A sede do município

concentra 34,51% da população absoluta, que corresponde a 4.632 habitantes. A taxa de alfabetização dos indivíduos com mais de 10 anos é 78,4%, coincidente com a média estadual. Limita-se com o oceano Atlântico e com os municípios de Laje, Aratuípe, Nazaré, Maragogipe, Salinas da Margarida, Vera Cruz e Valença. Sua altitude média é de 11 m, com temperatura média anual de 25,1° C .



Figura 2 – Localização de Ilha d'Ajuda, entre Valença e Jaguaripe. Foto de satélite

(Gentileza da Colônia de Pesca Z61)



Figura 3 - Ilha d'Ajuda – Foto Aérea I - (Gentileza da APA de Guaibim)



Figura 4 - Ilha d'Ajuda – Foto Aérea II - (Gentileza da APA de Guaibim)

O foco de nosso estudo foi a comunidade de Ilha d'Ajuda, uma comunidade rural⁹, sem infra-estrutura urbana, que fica a 37 km da sede, tendo como coordenadas médias 13° 12' de latitude sul e 38° 55' de longitude oeste. Ilha d'Ajuda tem 1.300 habitantes e a principal atividade econômica é a pesca (e mariscagem), exercida pela quase totalidade de sua população.

A ocupação de Ilha d'Ajuda deu-se na década de 50, após a expulsão dos trabalhadores da fazenda Jequiriçá. Essas pessoas, de baixo poder aquisitivo, a maioria negros, encontraram nas atividades de pesca e mariscagem as condições para sobrevivência. Até a década de 70, Ilha d'Ajuda era efetivamente uma ilha e o acesso se dava pela travessia do manguezal, nesse período foi aterrado um trecho que possibilitou o acesso à ilha por automóvel.

A presença de mar, rio e manguezal em Ilha d'Ajuda possibilitam trabalho e renda à maioria da população sem discriminar idade e gênero. O maior contingente da população pesqueira desenvolve atividades extrativistas. Pescam peixes, moluscos e crustáceos.

Existem dois grandes empreendimentos de maricultura¹⁰ na localidade. Essas empresas dedicam-se à criação de camarões *Litopenaeus vannamei* em tanques (carcinicultura), são de propriedade e gerenciados por pessoas que não moram na comunidade e empregam cerca de 20 pessoas de Ilha d'Ajuda (carteira assinada e pagamento em torno de

⁹ Onde rural não significa "agrícola", mas significa baixa densidade populacional e forte vinculação produtiva e espacial com seu meio (BARTH, 2002:26).

¹⁰ Maricultura é o cultivo de organismos aquáticos marinhos, aqueles que habitam águas salgadas e/ou salobres. Uma atividade que se destaca na maricultura brasileira é a carcinicultura. O termo é empregado genericamente para referir-se ao cultivo de crustáceos, sejam camarões, lagostas, caranguejos ou crustáceos microscópicos. Entretanto, seu uso é mais comumente associado ao cultivo de camarões, atualmente concentrado na espécie exótica, não nativa do Brasil - *Litopenaeus vannamei* (espécie nativa da costa oriental do oceano pacífico e comumente chamado de camarão branco ou camarão cinza). Segundo estudos do Instituto Hórus, de Curitiba, essa espécie é uma ameaça para espécies nativas, e também pode causar destruição em regiões de mangue e regiões estuarinas. É um possível transmissor da Síndrome da Necrose Idiopática Muscular (NIM) que pode trazer sérios riscos a crustáceos nativos. (<http://www.institutohorus.org.br> acessado em 15/07/2005). Por outro lado, os parâmetros de geração de empregos da carcinicultura (0.7 empregos/ha) e os de renda e geração de divisas são mais altos que os de outras atividades agrícolas e/ou industriais.

um salário mínimo). Esse número dobra na época da “despesca” (coleta em cativeiros), quando são contratadas mais pessoas com pagamento na diária.



Figura 5 – Um dos tanques de maricultura em Ilha d’Ajuda .

Sete pessoas trabalham na pousada que fica na praia do Garcez (a 2 km), cinco possuem carteira assinada e todos recebem em torno de um salário mínimo.

A prefeitura emprega 15 (quinze) pessoas desta comunidade (professoras e merendeiras¹¹ da escola, zeladora e atendente do posto médico, coletor de lixo e “coordenadores”). Exceto duas pessoas, que são concursadas, os empregos da prefeitura são informais, sem direito a INSS, FGTS, férias e outros direitos trabalhistas, com valores em torno de um salário mínimo ou menos (as merendeiras ganham setenta reais por mês). Muitos fazem comércio ambulante na praia nos finais de semana.

¹¹ As merendeiras são responsáveis pelo preparo e distribuição da merenda escolar assim como pequenos afazeres da escola.

Dentre os atores sociais em Ilha D'ajuda podemos citar:

a) Colônia de Pescadores¹² Z-61, que Possui 575 filiados (275 pescadores e 350 marisqueiros), estimam a existência de cerca de 210 embarcações (catraias, canoas e barcos motorizados) e uma produção mensal de 12 toneladas de pescados.

Cobra R\$ 10,00 (dez reais) como taxa de filiação e uma mensalidade de R\$ 5,00 (cinco reais) de cada sócio.

Exerce ação clientelista¹³ na comunidade, uma vez que seu principal trabalho é viabilizar os benefícios sociais de seguro defeso, aposentadoria e auxílios doença e maternidade. Costuma apresentar projetos a instâncias financiadoras, esses projetos, porém, não são fruto de uma construção coletiva na comunidade.

b) AMMAID – Associação de Mulheres Marisqueiras e Artesãs de Ilha D'ajuda, instituição que chegou a ter 307 associados e atualmente encontra-se paralisada. Exerceu ações assistencialistas¹⁴ como distribuição de alimentos e doação de presentes. Essas ações reforçam o ciclo de dependência e não promovem o desenvolvimento dos assistidos.

Segundo o presidente da Colônia de Pescadores, essa associação foi criada no período da campanha eleitoral de 2004, com objetivo de angariar votos para o candidato da então prefeita.

c) Associação Pro-pesca Obras Sociais que foi fundada em 13/04/1999 para possibilitar a criação da Colônia de Pescadores (segundo o presidente, uma Colônia só pode

¹² As colônias de pescadores fazem parte de uma estrutura confederativa e na Bahia são filiadas à Federação de Pesca da Bahia.

¹³ Clientelismo entendido aqui como práticas que substituem a cooperação que mobiliza recursos da própria comunidade pela competição por recursos de fora, que serão conseguidos por algum patrono em troca de apoio para a sua manutenção no poder (Franco, 2004:7).

¹⁴ O assistencialismo é uma prática de exclusão que retro-alimenta a miséria, gerando um ciclo de dependência por não provocar o desenvolvimento dos assistidos.

ser criada onde existe associação). Essa associação é reconhecida como de utilidade pública e é mantida para fazer captação de recursos para projetos de interesse da comunidade.

Possui 180 associados, exerce atividades de fomento ao empreendedorismo como curso de beneficiamento e processamento de pescado, curso de aproveitamento de alimentos, etc.

O Presidente da Associação é o mesmo da Colônia (Sr. Renevaldo Conceição) e a Associação cobra uma mensalidade de R\$ 1,00 (hum real) para cada sócio.

d) Prefeitura

Jaguaripe foi governada durante os anos de 1996 a 2004 por Deralsita Antônia Teixeira de Pinho (Derá), a mesma teve uma série de problemas e chegou a ser afastada da prefeitura em 2004 por improbidade administrativa pelo Tribunal de Justiça da Bahia, após julgamento de denúncia criminal de estelionato (emitiu 137 cheques da prefeitura sem fundos)¹⁵. Ver também o Anexo B. Tais problemas revelam as características da política local, marcada pela apropriação indébita do patrimônio público por aqueles que exercem os cargos eletivos.

¹⁵ Sobre esse processo veja o anexo B.



Figura 6– A notícia das irregularidades da Prefeita foram expostas na parede de um bar em Jaguaripe

A ex-prefeita Deralzita Pinho é proveniente de Camassandi (distrito de Jaguaripe, a 12 Km de Ilha d’Ajuda) e teve poucos votos em Ilha d’Ajuda. Segundo alguns depoimentos, a pouca votação obtida foi a razão pela qual ela abandonou Ilha d’Ajuda durante a sua administração, numa espécie de represália.



Figura 7 – Ao contrário de Ilha d’Ajuda, Camassandi possui ruas calçadas e pracinha urbanizada

Em 2004, num pleito conturbado e recheado de irregularidades, o candidato de Derá, Sr. Arnaldo Francisco de Jesus Lobo (Nai) foi eleito após batalha judicial, mais uma vez com poucos votos em Ilha d’Ajuda. Após assumir o cargo, o prefeito ainda não visitou esse distrito.

Apesar de não ser mais a governante oficial do município, Derá ainda mantém forte influência na gestão municipal, sendo ainda chamada de “a prefeita” e fala pelo município em muitas oportunidades.

A prefeitura mantém algumas pessoas (cabos eleitorais) remuneradas, no distrito de Ilha d’Ajuda. Há uma polaridade no distrito de Ilha d’Ajuda entre os que apóiam e defendem cegamente a prefeita e aqueles que discretamente professam suas discordâncias ou calam-se por medo de represálias.

e) Igrejas - Existem pelo menos 4 igrejas nesse pequeno distrito. Três protestantes e uma católica. Entrevistado, um pastor disse procurar manter-se afastado das disputas políticas em Ilha d’Ajuda e estar preocupado com a melhoria espiritual das pessoas. Ele planeja a construção de uma escola particular nos fundos do terreno da igreja.



Figura 8 – Igreja Assembléia de Deus em Ilha d’Ajuda



Figura 9 – Igreja católica em Ilha d’Ajuda



Figura 10 – Igreja Pentecostal em Ilha d’Ajuda

f) Empreendedores

Nesse grupo encontram-se os grandes empresários, maricultores de carcinicultura, o proprietário da pousada e outros pequenos empreendedores, donos de mercadinhos e bares.

Os grandes empresários não moram na comunidade e têm Ilha d’Ajuda apenas como um local onde podem ganhar dinheiro com seus empreendimentos. Os donos de carnicultura e da Pousada, não moram em Ilha d’Ajuda. Os pequenos empreendedores, ao contrário, vêm nos seus negócios uma forma de prestar serviços à comunidade. Eles tem uma relação muito mais estreita com a comunidade, uma vez que moram lá e compartilham com os demais todas as situações.

Pelos dados da colônia de pescadores e da associação pró-pesca cerca de 650 pescadores e marisqueiros atuam nesta comunidade (dos quais 575 são filiados à colônia). Essas pessoas apresentam um baixo índice de escolaridade e renda e participam pouco dos processos comunitários. O grupo de marisqueiros é composto predominantemente por mulheres e crianças (estas não computadas) e algumas dessas mulheres além de marisqueiras e donas de casa, são também os chefes de família. As famílias desses trabalhadores têm em média dois salários mínimo como renda mensal.

Contrariamente a muitas localidades, em Ilha d’Ajuda a maior parte das pessoas que vivem de pesca são filiadas à colônia de pescadores e muitos à associação pró-pesca (que tem cerca de 180 filiados), apesar de existir um certo nível de inadimplência, não informado pela colônia/associação.

A dependência direta ou indireta das atividades ligadas à pesca, as campanhas de conscientização e a ameaça de perder os benefícios sociais (seguro defeso, aposentadoria, etc.) fazem com que não seja comum nessa comunidade a prática de várias modalidades de pesca predatória¹⁶ (utilização de técnicas, artefatos e produtos proibidos). Todos os

¹⁶ A pesca predatória tem conseqüências desastrosas, podendo limitar a produtividade pesqueira, quer seja do ponto de vista biológico, quer econômico. Dentre as atividades realizadas de forma ilegal, destacam-se: Pesca com bomba considerada de alto valor destrutivo, afetando a fauna, a flora e o substrato de fundo; Pesca com rede de malha fina; Pesca do camarão com rede de arrasto; Pesca de espécies em época proibida (defeso); Pesca da lagosta com redes; Pesca com cloro, água sanitária; Pesca com venenos; Captura de caranguejos com redes de sacos (redinha) e retirada da patola.

consultados afirmaram que não existe mais pesca com explosivos (pesca com bomba, muito comum no recôncavo) em Ilha d’Ajuda, também o uso de “redinha” para pesca de carangueijos não é praticada nessa comunidade.

Porém, todos afirmaram que existe desrespeito ao período do defeso¹⁷. Ou seja, alguns pescadores fazem pesca para comercialização de espécies sob proteção, mesmo com o pagamento do seguro desemprego, quando os pescadores não deveriam pescar certas espécies. Questionados da razão dessa prática, alguns pescadores afirmaram que “os outros” fazem isso porque o dinheiro do defeso leva 45 dias para sair e eles precisam produzir para ter dinheiro para pagar as contas. Ilha d’Ajuda é contemplada com defeso das espécies camarão, robalo e lagosta e cada pescador só pode ser beneficiado em uma categoria.

A produção pesqueira anual é estimada pela colônia de pesca e associação Pró-pesca em 600 toneladas por ano, os tipos de embarcações mais utilizadas são canoas e barcos motorizados e os produtos mais pescados são:

Peixes: Curimã, Tainha, Carapeba, Chumberga, Vermelho, Cabeçudo, Robalo, Carapium e Baiacu.

- Mariscos: Lambreta, Chumbinho, Ostra, Mapé, Aratu e Machado.

- Crustáceos: Siri, Caranguejo, Camarão e Lagosta.

A poluição por resíduos domésticos é freqüente em Ilha d’Ajuda e tem trazido prejuízos ao manguezal. Além disso, a grande mortandade de caranguejos, com causas ainda

¹⁷ Defeso é uma ação de proteção a algumas espécies marinhas. O objetivo básico de definição de períodos de defeso de reprodução é possibilitar que os peixes possam se reproduzir e repor / renovar os estoques pescáveis para os anos seguintes. Nesse sentido, é necessário entender a biologia e ecologia das espécies consideradas, para que se tenha um uso sustentável, conciliando os interesses econômicos, sociais e ambientais.

Durante o período do defeso a captura da espécie é proibida ou limitada a quantidades para subsistência. Cabe ao IBAMA determinar o período de defeso de espécies marinhas, fluviais ou lacustres.

Na vigência do defeso, os pescadores recebem um “seguro desemprego” do governo federal. Para tal precisam dentre outras coisas, serem sócios de uma colônia de pesca.

não determinadas, que vem ocorrendo no litoral nordestino, também está contribuindo para o declínio populacional do caranguejo nesta comunidade.

Maricultura X Comunidade

Questionados sobre os impactos ambientais provocados pelos empreendimentos de carnicultura na comunidade, os pescadores não identificaram perdas ambientais devido a essa atividade naquela localidade. Eles não sentiram impacto nas suas atividades em função das ações da carnicultura. Algumas marisqueiras reclamaram que a entrada da Ilha d'Ajuda inunda quando chove devido a um aterro feito por uma empresa de carnicultura: “antes dessa maricultura, a gente sempre tinha como sair e entrar na Ilha d'Ajuda. Agora, quando chove, inunda tudo e a gente não tem como passar” (depoimento de uma marisqueira).

Sobre a geração de empregos, alguns se sentem iludidos, no depoimento de uma marisqueira ela relatou: “disseram que ia ter emprego pra muita gente. Eles empregam poucas pessoas daqui, a maioria é de fora. Tem mais gente de Camassandi.”. Outros, principalmente os ligados à “prefeita” ressaltam os empregos gerados pela maricultura. O dono da principal maricultura afirmou que a grande maioria dos empregos gerados são para as pessoas de Ilha d'Ajuda. Os opositores da Prefeita alegam que existem mais empregos para Camassandi por influência política.

Alguns reclamaram também das condições de trabalho e valor pago durante a despesca (período de retirada dos camarões dos tanques). Relataram o caso de um trabalhador que intoxicou-se com a manipulação de produtos utilizados e que foi demitido; uma marisqueira e um pescador queixaram-se do trabalho na despesca e do valor pago: “nessa época só pagam R\$ 30 aos homens para trabalhar de 5 da tarde até 3 horas da madrugada, na chuva. Se cair doente não dá nem para comprar o remédio e eles não vão querer nem saber” (depoimento de uma marisqueira).

O presidente da Colônia afirmou que os maricultores não têm “responsabilidade social e não são parceiros em projetos para melhoria da comunidade”.

O principal maricultor do município demonstra hostilidade para com a comunidade: “São uns preguiçosos”. Questionado sobre responsabilidade social, ele disse já ter apoiado a comunidade doando 20 latões para colocação de lixo, “eles não cuidaram e acabou, tivemos que furar para não usarem para água”. “Minha fazenda é toda cercada e vigiada por pessoas armadas, se passarem pra cá levam bala. Depois eu respondo...”. Sobre impactos ambientais, ele disse desafiar quem prove que a carcinicultura provoque impactos negativos ao meio ambiente. Pelo contrário, ele afirma possuir estudos da ABCC (Associação Brasileira de Criadores de Camarão) que provam os benefícios da carcinicultura para os manguezais e para a fauna marinha. O empreendimento encontra-se em situação irregular quanto ao licenciamento ambiental¹⁸, sua licença venceu em 2003 e não foi renovada pelo órgão competente, que é o CRA – Centro de Recursos Ambientais, órgão ligado à Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. O empreendimento é um grande consumidor das águas do rio Jequiçá, possuindo uma grande bomba com capacidade de captar milhares de litros por hora.

¹⁸ Licenciamento Ambiental é um procedimento administrativo pelo qual o Órgão Estadual de Meio Ambiente licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos naturais consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que ainda, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental. Na Bahia este órgão é o CRA- Centro de Recursos Ambientais.



Figura 11 – Um empreendimento de carcinicultura em Ilha d’Ajuda: “Se entrar, leva bala”.

Em Ilha d’Ajuda, a pesca é basicamente de subsistência e o produto excedente é comercializado na comunidade. Na própria comunidade já existem pessoas que compram a produção para comercializar em outros centros urbanos, também existem pessoas de fora que vão lá comprar os produtos, essas pessoas são conhecidas como intermediários ou atravessadores. Esse excedente, entretanto, deve ser comercializado rapidamente, pois os pescadores não utilizam os freezers da colônia/associação para armazenamento do pescado, embora este esteja disponibilizado, conforme depoimento do presidente da colônia, que foi confirmado pelos pescadores.

A redução da quantidade de pescado (devido à sobrepesca e à mortandade) faz com que a sobrevivência exclusiva da pesca seja bastante dificultada, e muitos pescadores também trabalhem em serviços temporários nos arredores da comunidade. A redução da quantidade de peixes e camarões nos últimos anos, também tem feito com que os pescadores passem a pescar em áreas mais afastadas da costa, mesmo com embarcações inadequadas para essas condições.

Na comunidade de Ilha d’Ajuda, as relações de compadrio e amizade são bastante evidentes. A pesquisa constatou através de depoimentos que praticamente são duas famílias que ocupam a ilha. Essas relações, infelizmente, não têm se revertido em capacidade de mobilização.

Segue, abaixo, algumas informações sobre a infra-estrutura do distrito de Ilha d’Ajuda:

Educação:

Essa comunidade possui apenas uma escola da rede municipal, que atende ao ensino fundamental da 1ª à 4ª séries. Para cursar as séries posteriores, as crianças e adolescentes deslocam-se para o município vizinho de Nazaré das Farinhas, que tem boa oferta de vagas e melhores condições de acesso.

Serviços de Saúde:

Ilha D’Ajuda conta com um Posto de Saúde. Esse posto tem uma atendente e uma zeladora. A atendente realiza pequenos curativos e faz doações de alguns medicamentos. Um médico visita a localidade a cada quinze dias.

Água e Saneamento:

Ilha d’Ajuda não é atendida pela Embasa (Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A). A maioria das casas consome água de poços e cisternas.

Algumas casas recebem água encanada proveniente de uma grande caixa d’água, alimentada por um poço (poço do Landi). Este é um poço artesiano que foi construído nas proximidades do local onde o lixo da comunidade é depositado (“lixão”) e, portanto, de qualidade duvidosa.

O serviço de fornecimento de água tratada da Embasa vai até Camassandi, povoado que fica a 11 km de distância.

Também em Ilha d’Ajuda não existe sistema de esgotamento sanitário. A comunidade utiliza fossas individuais ou despejam os seus esgotos nos rios ou manguezais.

O lixo produzido é, em geral, jogado no manguezal, nos rios ou terrenos desocupados. Muitos queimam o lixo nos seus quintais. Existe um precário serviço de coleta de lixo que é feito por uma carroça com tração animal, que deposita o lixo em um depósito a céu aberto, próximo ao poço de água que abastece parte da comunidade. Esse trabalho está sendo feito por duas crianças, que não freqüentam a escola e trabalham sem nenhum dispositivo de proteção (luvas, botas, etc..). Foi constatado que essas crianças recebem uma ajuda de um adulto (que é pago pela prefeitura para fazer o serviço). O “representante” da prefeitura no distrito tem conhecimento disso.



Figura 12 – Crianças fazem a coleta do lixo no horário que deveriam estar na escola



Figura 13 – Lixo jogado no Rio Jiquiriça

Infra-estrutura Geral:

Ao contrário de Camassandi, Ilha d’Ajuda não possui ruas calçadas ou asfaltadas. Até o acesso a Praia dos Garcez (principal atração turística da cidade) encontra-se em péssimo estado de conservação.



Figura 14 – As ruas de Ilha d’Ajuda não são calçadas ou asfaltadas.



Figura 15 – Estrada de Acesso à Praia dos Garcez (dia 20/06/05)

Atividade Econômica:

A pesca desempenha importante papel na sobrevivência desta comunidade. A população de Ilha D’Ajuda vive quase que exclusivamente da pesca artesanal e da produção de mariscos, crustáceos e moluscos, oriundos dos manguezais e estuários da região.

O sistema de pesca predominante em Ilha d’Ajuda é o artesanal, onde predomina a pesca nos rios, estuários e águas litorâneas. A pesca estuarina é praticada por homens, mulheres e crianças. As mulheres fazem a coleta de moluscos (mariscos em geral) e crustáceos (caranguejos e siris). Essa coleta é feita a pé, com técnica manual ou instrumentos simples. A pesca nos rios e águas litorâneas é feita pelos homens, utilizando embarcações com remo, vela ou barcos a motor.

O produto da mariscagem após o beneficiamento (fervura, catação e embalagem) juntamente com o pescado é destinado ao mercado consumidor nas cidades de Salvador, Nazaré das Farinhas, Valença e outras localidades. Esse beneficiamento é realizado em

condições precárias, nas portas das casas, nos passeios, expondo os produtos a moscas e à ação bacteriana, sem controle de higiene.



Figura 16 – Marisqueira cata o siri no passeio de casa.



Figura 17 – Mulheres catam mariscos em precárias condições de higiene.

O desembarque da produção é realizado em dois simples ancoradouros que existem na comunidade ou em ancoradouros feitos nos fundos de algumas casas.

Além de contribuir na alimentação das famílias, o pescado capturado abastece o mercado local e é vendido para outras regiões.

Na relação comercial do produto da pesca e da mariscagem em Ilha D’Ajuda, verifica-se também a figura do atravessador (intermediário). Alguns desses intermediários são moradores de Ilha d’Ajuda que possuem barcos e adquirem dos pescadores toda a produção comercializável. Outros intermediários são provenientes de outros municípios.

Em alguns períodos do ano, quando há baixa procura pelos pescados, os pescadores vêm-se obrigados a vender a produção por qualquer preço, uma vez que não possuem meios para estocar ou beneficiar os peixes maiores. Nessas situações, o intermediário dita o preço.

O fato de não serem proprietários dos barcos e redes (meios de produção) causa impacto não só na renda, mas também na relação do pescador com o meio ambiente, que são induzidos à sobrepesca e pesca predatória, para melhorar a renda familiar.

A modalidade de pesca predatória mais comum em Ilha D'Ajuda é o arrasto¹⁹.



Figura 18 – Barco usado em pesca de Arrasto - (Gentileza da APA de Guaibim)

¹⁹ Altamente predatória, a pesca de arrasto é feita por barcos que navegam lado a lado, com um ponta da rede presa a cada uma das embarcações. A rede, normalmente de malhas finas, se estende desde a linha d'água até o assoalho marinho, arrastando todo e qualquer fruto do mar que esteja à sua frente, independente de seu tamanho e de ter valor comercial ou não.



Figura 19 – Produto da pesca de arrasto - (Gentileza da APA de Guaibim)



Figura 20 - Mero e Arraia capturados em pesca de arrasto.

Apenas 10 cm de tamanho (pesca predatória) - (Gentileza da APA de Guaibim)

Os manguezais de Ilha d’Ajuda também vêm sofrendo sérios impactos ambientais. Eles estão sendo aterrados pela população carente que se utiliza destas áreas para

a construção de moradias e pelos proprietários das mariculturas que constroem tanques para a criação de camarões.



Figura 21 – Construção irregular em Ilha d´Ajuda



Figura 22 – Lixo, construção irregular, falta de saneamento e invasão do manguezal



Figura 23 – Casa construída dentro do manguezal

A Natureza também é generosa em Ilha d’Ajuda no que tange à produção de conchas. Duas vezes por ano, a comunidade é visitada por compradores de conchas, que as recolhem para serem usadas pela conchiliologia (estudo científico das conchas) ou para serem vendidas a colecionadores.



Figura 24 – Compradores de conchas que adquirem material em Ilha d’Ajuda e levam para o sudeste do país, onde as conchas são comercializadas e até exportadas.

Na localidade existe o Parque das Bromélias, na Ponta dos Garcez; uma Unidade de Conservação definida pela Lei Orgânica Municipal de Jaguaripe. Este local também é um ponto turístico devido ao cultivo de espécies raras de Bromélias.



Figura 25 – As Bromélias são comuns nos arredores de Ilha d’Ajuda.

O presidente da colônia de pescadores de Ilha D’Ajuda aponta algumas benfeitorias, que se fossem implementadas ou apoiadas por setores da iniciativa pública ou privada poderiam melhorar o desempenho da pesca artesanal e mariscagem naquela comunidade. Como exemplo:

- Melhoria na infra-estrutura do ponto de desembarque de pescado;
- Transporte de apoio para escoamento da produção;
- Financiamento para aquisição de embarcações e apetrechos de pesca com baixo custo;
- Fiscalização intensa a fim de coibir a pesca predatória e poluição dos manguezais.

Nas entrevistas realizadas com homens, algumas problemas foram apontados pela comunidade de pescadores de Ilha D’Ajuda conforme a tabela abaixo:

Tabela 03 - Necessidades identificadas pelos pescadores

Ordem	Necessidade	% Citações
01	Construção de um cais	30%
02	Local p/ comercialização do pescado	14%
03	Criação de Cooperativa	7%
04	Melhoria da estrada	7%
05	Projetos ligados à pesca	7%
06	Curso de capacitação Ed. Ambiental.	7%
07	Equipar colônia p/ beneficiar pescador	7%
08	Financiamento de embarcações	7%
09	Rádio Amador p/ colônia	3,5%
10	Veículo p/ transportar o pescado	3,5%
11	Recuperação da Ass. De pescadores.	3,5%
12	Pavimentação das ruas do distrito	3,5%

Na percepção dos homens, a melhoria das condições de pesca e comercialização são as principais necessidades de Ilha D’ajuda.

Nas entrevistas realizadas com mulheres, professoras e marisqueiras, os problemas apontados foram os seguintes (ver tabela 04):

Tabela 04 - Necessidades identificadas pelas mulheres

Ordem	Necessidade	% Citações
1	Água não tratada	23,7 %
2	Lixo	20,3 %
3	Saneamento	13,6 %
4	Falta de esportes e lazer	10,2 %
5	Saúde	8,5%
6	Cidadania (falta de esclarecimentos, conhecer direitos e deveres)	5,1%
7	Educação	5,1%
8	Gravidez precoce	3,4%
9	Poluição Manguezal	3,4%
10	Drogas	3,4%
11	Construções no manguezal	1,7%
12	Transporte	1,7%

Na percepção das mulheres, a contaminação da água pelo lixo, a coleta e destinação do lixo, a poluição do manguezal pelos esgotos e a falta de lazer foram os principais problemas apontados.

4 CONCLUSÕES

Os problemas ambientais detectados em Ilha d’Ajuda são comuns à maioria das comunidades litorâneas do Brasil, visto que o ecossistema manguezal ocupa entre 10.000 e 25.000 km² da costa brasileira (de Santa Catarina ao Maranhão) e na maioria dessas regiões há exploração e ocupação humana irregular.

Segundo a pesquisa, os principais impactos ambientais que estão comprometendo a pesca em Ilha d’Ajuda estão relacionados na tabela abaixo:

Tabela 05: Impactos Ambientais em Ilha D’ájuda

IMPACTO	CONSEQUÊNCIA
Sobrepesca de mariscos (moluscos e crustáceos) e peixes	Comprometimento dos estoques pesqueiros
Ocupação desordenada com invasão de áreas de manguezal	Destruição de áreas de importância ecológica para o manguezal
Lançamento de lixo e esgoto doméstico no manguezal	Intoxicação dos mariscos, comprometimento dos ecossistemas
Pesca predatória de Arrasto	Destruição da fauna marinha
Desrespeito ao período do defeso	Diminuição da produção do pescado.
Empreendimentos de carcinicultura	Destruição dos manguezais

A baixa infra-estrutura sanitária e educacional e a falta de atenção da prefeitura para com esse distrito prejudicam o município na competição como destino turístico. Apesar de Praia dos Garcez ser a principal atração turística de Jaguaripe (SANTOS, 2002:29), durante o período de 02 de junho de 2005 a 13 de junho de 2005, a única pousada de Ilha D'ajuda, com 80 quartos, recebeu apenas 2 hóspedes, e mesmo assim que estavam lá a serviço, por conta de um trabalho de tomografia do solo marítimo, para uma empresa privada. A rua de acesso a essa pousada estava interrompida devido à erosão e o distrito encontrava-se sem água há vários dias, pois a bomba que alimenta a caixa distribuidora estava quebrada.

Embora os empreendimentos de carcinicultura estejam gerando altos rendimentos, isso não tem se traduzido em desenvolvimento social para a comunidade de Ilha d'Ajuda. Isso ilustra o que afirmamos no item 2.2 que o desenvolvimento local não é apenas desenvolvimento econômico.

Isso também foi confirmado através da informação da tabela 02 (página 34) que mostra que apesar de Jaguaripe estar na 260ª posição no estado da Bahia considerando o IDE (Índice de Desenvolvimento Humano), o mesmo classifica-se na 322ª posição em IDS (Índice de Desenvolvimento Social), contrariamente a Aratuípe e Salinas que, apesar do baixo IDE, apresentam bons Indicadores Sociais. Ou seja, enquanto Jaguaripe perde 62 posições com a “mudança do olhar”, Aratuípe avança 332 posições e Salinas avança 204 posições.

As informações da Tabela 02, por si só, já bastariam para indicar que algo precisa ser mudado no município de Jaguaripe para melhorar as condições de vida de sua população. Os dados levantados nessa pesquisa apontam que, especificamente em Ilha d'Ajuda, os fatores políticos são, no momento, os maiores dificultadores para o desenvolvimento sustentável dessa comunidade.

Fatores de natureza política concorrem para a baixa sustentabilidade do território, apesar do alto índice de associativismo, a sociedade civil²⁰ em Ilha d’Ajuda está fragilizada, na medida em que suas organizações e instituições não constituem os canais políticos de ligação do povo ao Estado.

A prefeitura exerce um poder coercivo e compensatório, garantindo a submissão pela imposição de sanções efetivas ou só enquanto ameaças e oferecendo recompensas, emprego, para os que sejam mobilizadores e aliados da prefeita.

Conforme visto na pesquisa de campo, grande parcela dos que vivem da pesca são filiados à colônia de pescadores ou à associação pró-pesca. Esse bom índice de associativismo, em tese, aumentaria a capacidade de mobilização social e a conseqüente capacidade de resolução conjunta dos problemas comuns, mas não é o que acontece em Ilha d’Ajuda.

Mobilização social não é simplesmente manifestação pública, ela é entendida como um processo, que através da conscientização e capacitação, possibilita uma melhor estrutura organizacional na comunidade, permitindo aos moradores exercerem atividades autogestionadas, fortalecendo assim sua cidadania (BARTH, 2002:30). Essa baixa capacidade de mobilização social em Ilha d’Ajuda resulta em menor capacidade dessa comunidade resolver autonomamente os seus problemas e concorre para a redução da sustentabilidade dessa comunidade uma vez que a sustentabilidade de processos de desenvolvimento local depende, em primeiro lugar, de que as pessoas se sintam cidadãos exercendo ativamente o seu papel (Barth, 2002:30).

²⁰ Para Capra (CAPRA, 2002: 228), sociedade civil é um conjunto de organizações e instituições – igrejas, partidos políticos, sindicatos, cooperativas e diversas associações – que constituem uma espécie de intermediários entre o Estado e seus cidadãos. As instituições da sociedade civil representam os interesses do povo e constituem os canais políticos pelos quais o povo se liga ao Estado.

A mobilização social é de fundamental importância para o desenvolvimento local, pois é da comunidade que nasce o consenso do que deve ser feito, daí a demanda por instrumentos participativos que possibilitem a mobilização social e permitam a construção de um espaço de diálogo entre a comunidade e os representantes do setor público, da iniciativa privada e do terceiro setor. Para que a comunidade possa participar desse diálogo, de igual para igual, ela necessita de lideranças e organizações comunitárias legítimas para suportar a mobilização. É a partir do exercício cotidiano de ações comunitárias e do aumento da capacidade de autogestão das organizações, que Ilha d'Ajuda irá acumular capital social que garanta a sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Observamos que as disputas político-partidárias estão excessivamente presentes nos trabalhos da comunidade e que esta não alcança sua autonomia. A comunidade não consegue estabelecer uma agenda em comum e aqueles que concebem projetos para a comunidade desanimam frente às dificuldades. Não existem lideranças legitimadas pela comunidade, existem divergências, alguns apontam aliados da prefeitura como lideranças, outros apontam os grandes empresários e outros apontam o presidente da Colônia.

Se, por um lado, a prática dos poderes públicos é assistencialista (distribuição de alimentos e presentes), a prática da direção da Colônia/Associação é clientelista e centralizadora. Conforme Barth (BARTH, 2002:47), a falta de alternância entre lideranças é um fator limitante ao trabalho das organizações comunitárias a longo prazo. Em Ilha d'Ajuda a mesma pessoa que preside a Colônia de Pesca, preside também a Associação há cinco anos. Toda a estrutura dessas instituições são para apoio às suas ações e é formada por pessoas próximas (inclusive parentes).

Os conflitos, divergências, subgrupos de interesses divergentes, etc., encontrados em Ilha d'Ajuda, confirmam a afirmação de Barth (BARTH, 2002:49) que comunidades não são homogêneas e que o uso do conceito de comunidade é uma abreviação para descrever o

complexo conjunto de interações pessoais e sociais em um dado lugar. Também para Fritjof Capra (CAPRA, 2002:100) em virtude da nossa capacidade de afirmar nossas preferências e determinarmos por elas nossas escolhas, os conflitos de interesses surgem inevitavelmente em qualquer comunidade humana.

O alto índice de informalidade nas relações de trabalho entre os envolvidos nas atividades de pesca e a falta de alternativas de renda fazem com que as pessoas trabalhem todos os períodos do ano, inclusive na época do defeso das espécies mais comercializadas. A falta de organização, proteção social e as pressões do mercado levam os pescadores e marisqueiros à exploração dos recursos naturais de modo não sustentável social e ecologicamente falando.

A não utilização dos freezers e da infra-estrutura da colônia/associação para armazenamento do pescado faz com que os produtos sejam comercializados com baixo valor agregado (peixes inteiros). Apenas os mariscos, que são catados, recebem um valor maior.

Dentre os problemas ambientais relacionados à pesca em Ilha d'Ajuda, sobressaem a pesca por arrasto e com redes de malha fina, a pesca durante o defeso das espécies, o grande número de pessoas pescando ("hoje tem muito pescador pra pouco peixe", Sr. Nana – entrevistado), poluição por lixo e esgoto doméstico no manguezal, corte de mangue para projetos de carnicultura e isolamento de trechos do manguezal.

Por fim, se tivermos que tirar uma única conclusão final, diríamos que a comunidade é insustentável, e isso tem a ver principalmente como os papéis dos atores estão sendo desempenhados.

4.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do material de campo nos permite chegar às seguintes conclusões:

- a) Nas interações entre aspectos ecológicos e sociais, o social determina o ecológico. Ou seja, a sustentabilidade ecológica depende da sustentabilidade social.
- b) As condições naturais oferecem facilidades para a sustentabilidade social, pois a ilha é rica em recursos naturais (pesca, mariscagem, extrativismo, turismo).
- c) São os fatores de natureza política que concorrem para a baixa sustentabilidade do território.
- d) Os pescadores não têm percepção de seus próprios problemas ambientais.

4.2 CONTRIBUIÇÕES E RECOMENDAÇÕES

Ao invés da transposição de paradigmas exógenos, dependentes e direcionados pelo mercado, deve-se procurar alternativas locais, auto suficientes e orientadas pelas necessidades locais.

Do ponto de vista ambiental, é necessário o fortalecimento da sociedade civil local. Para Castells (CASTELLS, 1999: 143-4) a principal forma de ambientalismo é a mobilização de comunidades em defesa de seu espaço geográfico e contrárias à devastação do meio natural em nível local. Assim se organizam associações de moradores, naturalistas, cientistas, estudantes e outros grupos sociais, visando impedir a degradação de seus locais de moradia e trabalho.

Atualmente, conforme afirma Genauto França (FRANÇA FILHO, 2004:16), “Vivemos em sociedades cuja lógica mercantil e os valores que a acompanham ocupam espaços cada vez maiores na vida das pessoas, extrapolando a esfera econômica e invadindo dimensões mais substantivas da vida humana associada”, por isso sugerimos que em Ilha d’Ajuda sejam avaliadas alternativas que concebam a dinâmica econômica de modo mais geral, incluindo circuitos não mercantis, tais como projetos de economia solidária²¹, de geração de trabalho e renda, com foco na produção e consumo locais. Microprojetos devem ser identificados, planejados, executados e controlados pela própria comunidade. Entretanto é preciso que sejam desenvolvidas ações que fortaleçam a organização comunitária como passo fundamental para viabilidade desses processos solidários.

Seria uma alavanca desse processo a criação de um fórum de desenvolvimento e sustentabilidade de Ilha d’Ajuda que estabeleça as diretrizes para o aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício da população local. Essa estratégia de desenvolvimento deve conscientizar a população local de que é do seu interesse a conservação da biodiversidade local.

Deixar que as forças do mercado definam os destino de Ilha d’Ajuda é um equívoco, pois como diz Ignacy Sachs (SACHS, 2002:55), “o desenvolvimento sustentável é, evidentemente incompatível com o jogo sem restrições das forças do mercado. Os mercados são por demais míopes para transcender os curtos prazos e cegos para quaisquer considerações que não sejam lucros e a eficiência smithiana de alocação de recursos”. É preciso, portanto que a sociedade civil desta comunidade se organize e encontre as suas soluções.

²¹ Os empreendimentos solidários são entendidos como uma organização de pessoas, e não apenas de capitã, tanto no meio urbano como em área rural, que objetivam a maximização do bem-estar dos seus participantes. Este tipo de empreendimento possui uma dupla natureza, constituindo tanto uma entidade social como uma entidade econômica (BARTH, 2002:135).

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, José Célio Silveira. **Conflito e Cooperação: análise das estratégias sócio ambientais da Aracruz Celulose S/A**. Editus-Editora da UESC, Ilhéus 2003
- ARNSTEIN, Sherry R. A Ladder of Citizen Participation. **Journal of the American Planning Association**, Vol. 35, No. 4, July 1969, pp. 216-224.
- BARTH, Julia; Brose, Markus. **Participação e Desenvolvimento Local**. Editora Meridional, Porto Alegre, 2002.
- BONOMA, Thomas V. Case research in marketing: opportunities, problems, and a process. **Journal of Marketing Research**, Vol 22. Maio, 1985, pag 199-208
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 17ª ed. São Paulo: Saraiva, 1997.
- BROSE, Markus. Afinal o que é Participação? **Participe - Revista da Associação Brasileira Para a Promoção da Participação**, ano 3, nº 4 e 5, jul –dez 2003.
- BUARQUE, Sérgio C. **Metodologia de Planejamento do Desenvolvimento Local e Municipal Sustentável**, Brasília, INCRA/IICA, 1999.
- CAPRA, Fritjof. **As Conexões Ocultas. Ciência Para uma Vida Sustentável**. São Paulo, Cultrix, 2002.
- CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. Vol 2, Ed. Paz e Terra, São Paulo.1999.
- CEI, Centro de Estatística e Informações (BA), **Informações Básicas dos Municípios Baianos: região recôncavo Sul, Salvador**, 1994.
- COMISSÃO BRUNDTLAND – COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro; Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- ETGES, Virginia E. **Mesorregiões brasileiras: O portal da metade do sul/RS – Mesosul**. São Paulo, Mímeo, 2004.
- FALCÃO, Roberta Borges de Medeiros et alli. **Projeto Água Subterrânea no Nordeste do Brasil Desenvolvimeto Rural Sustentável**. PROASNE-Brasil,2000.
- FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, H. Controversias sobre sustentabilidad. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, v. 12, p. 21-36, 2000.
- FOLADORI, Guillermo; TOMMASINO, H.. El concepto de desarrollo sustentable treinta años después. **Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba**, v. 1, p. 41-56, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; DZIMIRA, Sylvain. Economia solidária e dádiva. **Revista Organização & Sociedade**. Salvador: EAUFBA, v.6, n.14, Janeiro/Abril 1999.

FRANÇA FILHO, Genauto C.; LAVILLE, Jean-Louis. **A Economia Solidária: uma abordagem internacional**. 1ª edição, Porto Alegre, UFRGS Editora, 2004.

FRANCO, Augusto de. **Os Fundamentos do Desenvolvimento Local. A Nossa Visão**. Brasília, Mimeo. 2004.

GOLDENBERG, M. **A Arte de Pesquisar**. 1ª edição, Rio de Janeiro-São Paulo: Editora Record, 1997.

GURD, B. The importance and role of management case studies. **The management case study journal**, Vol 1, Issue 1, July, 2001, disponível em <<http://business-p.unisa.edu.au/mcsj/july01/gurd.pdf>>, acessado em 21.05.2005.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. **A função social do ecoturismo**. Boletim Técnico do SENAC, Rio de Janeiro, v 30, n 1, p. 38-45, jan./abr. 2004.

MELLO, Marco. **Pesquisa Participante e Educação Popular: da intenção ao gesto**. Porto Alegre, Ed. Isis, 2005.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital social e desenvolvimento local: lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil)**. Salvador, Ba: UFBA 2002. Disponível em <<http://www.adm.ufba.br/capitalsocial>>, acessado em 10/07/2005.

Novo Dicionário Aurélio – Século XXI de Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Editora Nova Fronteira – 1999.

NUNES, Débora. **Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades**. Salvador, Ba: Unesco/Quarteto, 2002.

PATIRI, Victor José de Andrade. **Projetos ecológicos e o desenvolvimento local: estudo de caso do Projeto Tamar**. Salvador: V.J.A. Patiri, 2002.

POLANYI, Karl. **A grande transformação, as origens da nossa época**, Campus, Rio de Janeiro, 1980.

PORTER, Michael. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro, Campus, 1993.

RAMOS, Alberto Guerreiro. **A Nova Ciência das Organizações - Uma Reconstituição da Riqueza das Nações**. Editora Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1981.

RODRIGUES, Aníbal; Tommasino, H.; Foladori, G.; Gregorczyk, A.. ¿Es correcto pensar la sustentabilidad a nivel local? Un análisis metodológico a partir del análisis de caso en un área de protección ambiental en el litoral sur de Brasil. **Revista Theomai**, nº 7, p 63-80, 2003

SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Coleção Idéias Sustentáveis. Rio de Janeiro, Garamond, 2002.

SANTOS FILHO, C. E. **A rudimentar cidadania Brasileira e a Constituição.** disponível na internet no endereço <http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=82>, acessado em 11.07.2005.

SANTOS, Miguel Cerqueira dos. **Ocupação de Manguezais. O Exemplo de Jaguaripe-Ba.** Editora e Gráfica Exemplar, Santo Antônio de Jesus, 2002.

SENAC, **Revista Senac e Educação Ambiental** - Ano 8 • nº.1 • janeiro/abril de 1999

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação.** 8. ed. São Paulo:Cortez Editora, 2004

WADDINGTON, D. Participant Observation. In Cassel, C., Symon, G., eds. **Qualitative Methods in Organizational research. A Practical Guide.** London: Sage Publications, p. 107-122, 1995.

WALDMAN, Maurício. A ECO-92 e a necessidade de um novo projeto. IN: SALES, Vanda C. (org.). Ecos da Rio-92: **Geografia, meio ambiente e desenvolvimento em questão.** Fortaleza : AGB-Fortaleza 1992.

ANEXO A – Dados Secundários – IBGE e outras instituições.

Neste anexo são apresentados alguns dados secundários obtidos no IBGE sobre o município de Jaguaripe.

Fontes das Informações

As informações são oriundas de pesquisas e levantamentos correntes do IBGE e dados de outras instituições, como Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Ministério da Educação e do Desporto - INEP/MEC; Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde, Ministério da Saúde - DATASUS/MS; Tribunal Superior Eleitoral - TSE; Banco Central do Brasil - BACEN/MF, Secretaria do Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda - STN/MF e Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN/MJ.

Informações Estatísticas

Origem dos Dados

População e Domicílios - Divisão Territorial 2001	IBGE
População e Domicílios - Censo Demográfico 2000	IBGE
Serviços de Saúde 2002	IBGE
Óbitos Hospitalares 2003	DATASUS/MS
Ensino - matrículas, docentes e rede escolar 2003	INEP/MEC
Estatísticas do Registro Civil 2002	IBGE
Representação Política 2000	TSE
Pecuária 2002	IBGE
Lavoura Permanente 2002	IBGE
Lavoura Temporária 2002	IBGE
Extração Vegetal e Silvicultura 2002	IBGE
Estrutura Empresarial 2001	IBGE
Instituições Financeiras 2003	BACEN/MF
Finanças Públicas 2001	STN/MF
Frota 2003	DENATRAN/MJ

Síntese

Descrição	Valor	Unidade
Pessoas Residentes - Total	13422	Pessoas
Pessoas Residentes - Área Urbana	4632	Pessoas
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade - Rendimento Nominal Médio	192,39	Reais
Mulheres Residentes - 10 anos ou mais de idade - Rendimento Nominal Médio	150,31	Reais
Pessoas Residentes - 10 anos ou mais de idade - Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	2889	Pessoas
Esgoto - Domicílios particulares permanentes com banheiro ligado à rede geral	78	Domicílios
Água - Domicílios particulares permanentes com abastecimento ligado à rede geral	1206	Domicílios
Lixo - Domicílios particulares permanentes com lixo coletado	725	Domicílios
Óbitos hospitalares - Homens	não informado	Óbitos
Óbitos hospitalares - Mulheres	não informado	Óbitos
Óbitos hospitalares - Doenças infecciosas e parasitárias	não informado	Óbitos
Óbitos hospitalares - Causas externas	não informado	Óbitos
Estabelecimentos de saúde - Total	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de saúde - Prestadores de serviços ao SUS	8	Estabelecimentos
Leitos hospitalares	0	Leitos
Leitos hospitalares disponíveis ao SUS	0	Leitos
Matrículas - Ensino Fundamental	4523	Matrículas
Matrículas - Ensino Médio	0	Matrículas
Docentes - Ensino Fundamental	169	Docentes
Docentes - Ensino Médio	0	Docentes
Nascimentos registrados no ano	335	Nascimentos
Casamentos registrados no ano	40	Casamentos
Separações judiciais registradas no ano	2	Separações
Eleição Municipal - Partido do candidato eleito	PFL	
Eleição Municipal - Número de eleitores	9478	Eleitores
Unidades Locais - Empresas com CNPJ		Empresas
Agências bancárias	não informado	Agências
Valor das Aplicações	não informado	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios	não informado	Mil Reais
Valor do Imposto Territorial Rural	não informado	Reais
Área da unidade territorial	891,35	Km ²

População e Domicílios - Divisão Territorial 2001

Descrição	Valor	Unidade
Pessoas residentes - resultados da amostra - municípios vigentes em 2001	13422	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001	10172	habitantes
Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001	4926	habitantes
Homens residentes - 10 anos ou mais de idade - municípios vigentes em 2001	5246	habitantes
Pessoas residentes - frequência à creche ou escola - municípios vigentes em 2001	4748	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo - municípios vigentes em 2001	2889	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - até 1 salário mínimo - municípios vigentes em 2001	3688	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 1 a 2 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	1009	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 2 a 3 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	182	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 3 a 5 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	137	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 5 a 10 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	90	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 10 a 20 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	46	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - mais de 20 salários mínimos - municípios vigentes em 2001	9	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - rendimento nominal mensal - sem rendimento - municípios vigentes em 2001	5011	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - municípios vigentes em 2001	5161	habitantes
Homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - municípios vigentes em 2001	3203	habitantes
Mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - municípios vigentes em 2001	1958	habitantes
Rendimento nominal - pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal - municípios vigentes em 2001	192,39	reais
Rendimento nominal - homens residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal - municípios vigentes em 2001	218,11	reais
Rendimento nominal - mulheres residentes - 10 anos ou mais de idade - com rendimento - médio mensal - municípios vigentes em 2001	150,31	reais
Domicílios particulares permanentes - resultados da amostra - municípios vigentes em 2001	3009	domicílios
Domicílios particulares permanentes - com rendimento domiciliar - municípios vigentes em 2001	2820	domicílios

Famílias residentes - domicílios particulares - municípios vigentes em 2001	3391	famílias
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - sem instrução e menos de 1 ano de estudo - municípios vigentes em 2001	2889	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 1 a 3 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	3105	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 4 a 7 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	2619	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 8 a 10 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	725	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 11 a 14 anos de estudo - municípios vigentes em 2001	520	habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 15 anos ou mais de estudo - municípios vigentes em 2001	20	habitantes
Pessoas residentes - 0 a 3 anos - municípios vigentes em 2001	1268	habitantes
Pessoas residentes - 4 anos - municípios vigentes em 2001	360	habitantes
Pessoas residentes - 5 e 6 anos - municípios vigentes em 2001	685	habitantes
Pessoas residentes - 7 a 9 anos - municípios vigentes em 2001	937	habitantes
Pessoas residentes - 10 a 14 anos - municípios vigentes em 2001	1674	habitantes
Pessoas residentes - 15 a 17 anos - municípios vigentes em 2001	994	habitantes
Pessoas residentes - 18 a 19 anos - municípios vigentes em 2001	714	habitantes
Pessoas residentes - 20 a 24 anos - municípios vigentes em 2001	1333	habitantes
Pessoas residentes - 25 a 29 anos - municípios vigentes em 2001	1015	habitantes
Pessoas residentes - 30 a 39 anos - municípios vigentes em 2001	1545	habitantes
Pessoas residentes - 40 a 49 anos - municípios vigentes em 2001	1057	habitantes
Pessoas residentes - 50 a 59 anos - municípios vigentes em 2001	786	habitantes
Pessoas residentes - 60 a 64 anos - municípios vigentes em 2001	277	habitantes
Pessoas residentes - 65 a 69 anos - municípios vigentes em 2001	288	habitantes
Pessoas residentes - 70 a 74 anos - municípios vigentes em 2001	201	habitantes
Pessoas residentes - 75 a 79 anos - municípios vigentes em 2001	95	habitantes
Pessoas residentes - 80 anos e mais - municípios vigentes em 2001	194	habitantes

JAGUARIPE código: 291780

[Ensino - matrículas, docentes e rede escolar 2003](#)

Descrição	Valor	Unidade
Matrícula - Ensino fundamental - 2003	4523	Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2003	320	Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública federal - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2003	4203	Matrículas
Matrícula - Ensino fundamental - escola privada - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública estadual - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública federal - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola pública municipal - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino médio - escola privada - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - 2003	591	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2003	0	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2003	529	Matrículas
Matrícula - Ensino pré-escolar - escola privada - 2003	62	Matrículas
Docentes - Ensino fundamental - 2003	169	Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2003	16	Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública federal - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2003	153	Docentes
Docentes - Ensino fundamental - escola privada - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino médio - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública estadual - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública federal - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino médio - escola pública municipal - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino médio - escola privada - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - 2003	42	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2003	0	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2003	38	Docentes
Docentes - Ensino pré-escolar - escola privada - 2003	4	Docentes
Escolas - Ensino fundamental - 2003	53	Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública estadual - 2003	2	Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública federal - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola pública municipal - 2003	51	Escolas
Escolas - Ensino fundamental - escola privada - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino médio - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública estadual - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública federal - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino médio - escola pública municipal - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino médio - escola privada - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - 2003	33	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública estadual - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública federal - 2003	0	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola pública municipal - 2003	32	Escolas
Escolas - Ensino pré-escolar - escola privada - 2003	1	Escolas

JAGUARIPE código: 291780

[Estatísticas do Registro Civil 2002](#)

Descrição	Valor	Unidade
Nascidos vivos - registros no ano - por lugar de registro - 2002	335	Pessoas
Nascidos vivos - registros no ano - por lugar de residência da mãe - 2002	310	Pessoas
Nascidos vivos - ocorridos e registrados no ano - por lugar de residência da mãe - 2002	181	Pessoas
Nascidos vivos em hospital - ocorridos e registrados no ano - por lugar de residência da mãe - 2002	153	Pessoas
Casamentos - registros no ano - lugar do registro - 2002	40	Casamentos
Óbitos - ocorridos e registrados no ano - lugar do registro - 2002	30	Pessoas
Óbitos em hospital - ocorridos e registrados no ano - lugar do registro - 2002	3	Pessoas
Óbitos - ocorridos e registrados no ano - lugar de residência do falecido - 2002	49	Pessoas
Óbitos - ocorridos e registrados no ano - menores de 1 ano - lugar de residência do falecido - 2002	1	Pessoas
Óbitos fetais - registros no ano - lugar de residência da mãe - 2002	3	Pessoas
Separações judiciais - registros no ano - lugar da ação do processo - 2002	2	Separações
Divórcios - registros no ano - lugar da ação do processo - 2002	3	Divórcios

JAGUARIPE código: 291780

[Estrutura Empresarial 2001](#)

Descrição	Valor	Unidade
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal - número de empresas - 2001	2	Empresas
Pesca - número de empresas - 2001	2	Empresas
Indústrias extrativas - número de empresas - 2001	-	Empresas
Indústrias de transformação - número de empresas - 2001	4	Empresas
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água - número de empresas - 2001	-	Empresas
Construção - número de empresas - 2001	1	Empresas
Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos - número de empresas - 2001	10	Empresas
Alojamento e alimentação - número de empresas - 2001	3	Empresas
Transporte, armazenagem e comunicações - número de empresas - 2001	-	Empresas
Intermediação financeira - número de empresas - 2001	7	Empresas
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas - número de empresas - 2001	2	Empresas
Administração pública, defesa e seguridade social - número de empresas - 2001	2	Empresas
Educação - número de empresas - 2001	1	Empresas
Saúde e serviços sociais - número de empresas - 2001	-	Empresas
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais - número de empresas - 2001	10	Empresas
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais - número de empresas - 2001	-	Empresas

JAGUARIPE código: 291780

Extração Vegetal e Silvicultura 2002

Descrição	Valor	Unidade
Produtos Alimentícios - açaí (fruto) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - açaí (fruto) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - castanha de cajú - quantidade produzida - 2002	13	Toneladas
Produtos Alimentícios - castanha de cajú - valor da produção - 2002	8	Mil Reais
Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - castanha-do-pará - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - erva-mate cancheada - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - mangaba (fruto) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - mangaba (fruto) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - palmito - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - palmito - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - pinhão - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - pinhão - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos Alimentícios - umbu (fruto) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos Alimentícios - umbu (fruto) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Aromáticos, medicinais, tóxicos e corantes - ipecacuanha ou poaia (raiz) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Borrachas - caucho - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Borrachas - caucho - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Borrachas - hévea (látex coagulado) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Borrachas - hévea (látex coagulado) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Borrachas - hévea (látex líquido) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Borrachas - hévea (látex líquido) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Ceras - carnaúba (cera) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Ceras - carnaúba (cera) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Ceras - carnaúba (pó) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Ceras - carnaúba (pó) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Fibras - buriti - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Fibras - buriti - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Fibras - carnaúba - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Fibras - carnaúba - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Fibras - piaçava - quantidade produzida - 2002	183	Toneladas
Fibras - piaçava - valor da produção - 2002	256	Mil Reais
Fibras - outras fibras - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Fibras - outras fibras - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Gomas não elásticas - balata - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Gomas não elásticas - balata - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Gomas não elásticas - maçaranduba - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Gomas não elásticas - maçaranduba - valor da produção - 2002	-	Mil Reais

Gomas não elásticas - sorva - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Gomas não elásticas - sorva - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Madeiras - carvão vegetal - quantidade produzida - 2002	12	Toneladas
Madeiras - carvão vegetal - valor da produção - 2002	6	Mil Reais
Madeiras - lenha - quantidade produzida - 2002	9340	Metros Cúbicos
Madeiras - lenha - valor da produção - 2002	131	Mil Reais
Madeiras - madeira em tora - quantidade produzida - 2002	8620	Metros Cúbicos
Madeiras - madeira em tora - valor da produção - 2002	517	Mil Reais
Oleaginosos - babaçu (amêndoa) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - babaçu (amêndoa) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - copaíba (óleo) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - copaíba (óleo) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - cumaru (amêndoa) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - cumaru (amêndoa) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - licuri (coquilho) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - licuri (coquilho) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - oiticica (semente) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - oiticica (semente) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - pequi (amêndoa) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - pequi (amêndoa) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - tucum (amêndoa) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - tucum (amêndoa) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Oleaginosos - outros oleaginosos - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Oleaginosos - outros oleaginosos - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - (nó-de-pinho) - quantidade produzida - 2002	-	Metros Cúbicos
Pinheiro Brasileiro Nativo - (nó-de-pinho) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - (árvores abatidas) - quantidade produzida - 2002	-	Árvores
Pinheiro Brasileiro Nativo - (árvores abatidas) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Pinheiro Brasileiro Nativo - (madeira em tora) - quantidade produzida - 2002	-	Metros Cúbicos
Pinheiro Brasileiro Nativo - (madeira em tora) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Tanantes - angico (casca) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Tanantes - angico (casca) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Tanantes - barbatimão (casca) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Tanantes - barbatimão (casca) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Tanantes - outros tanantes - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Tanantes - outros tanantes - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos da Silvicultura - carvão vegetal - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - lenha - quantidade produzida - 2002	-	Metros Cúbicos
Produtos da Silvicultura - lenha - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - quantidade produzida - 2002	-	Metros Cúbicos
Produtos da Silvicultura - madeira em tora - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - quantidade produzida - 2002	-	Metros Cúbicos
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para papel e celulose - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades	-	Metros Cúbicos

- quantidade produzida - 2002		
Produtos da Silvicultura - madeira em tora para outras finalidades		
- valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - acácia-negra (casca) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos da Silvicultura - acácia-negra (casca) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - eucalipto (folhas) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos da Silvicultura - eucalipto (folhas) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Produtos da Silvicultura - resina - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Produtos da Silvicultura - resina - valor da produção - 2002	-	Mil Reais

JAGUARIPE código: 291780

Finanças Públicas 2002

Descrição	Valor	Unidade
Receitas orçamentárias realizadas - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Correntes - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Tributárias - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial - IPTU - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto Sobre Serviços - ISS - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Imposto sobre Transmissão-Intervivos - ITBI - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Taxas - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Melhoria - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Contribuição - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Patrimonial - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Industrial - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Agropecuária - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Serviços - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências Correntes - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental da União - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferência Intergovernamental do Estado - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Transferências – 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Demais Receitas Correntes - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Dívida Ativa - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Receitas Diversas – 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas Correntes - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Capital - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Crédito - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Alienação de Bens – 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências de Capital - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências da União - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Transferências dos Estados - 2002	-	Reais
Receitas orçamentárias realizadas - Outras Receitas de Capital - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Correntes - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Outras Despesas Correntes - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Capital - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Investimentos - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Inversões Financeiras – 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Pessoal e Encargos	-	Reais

Sociais - 2002		
Despesas orçamentárias realizadas - Legislativa - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Judiciária - 2002	-	Reais
Despesas orçamentárias realizadas - Administrativa - 2002	-	Reais
Valor do Fundo de Participação dos Municípios - 2002	-	Reais
Valor do Imposto Territorial Rural - ITR - 2002	-	Reais
Valor do Imposto sobre Operações Financeiras - IOF - OURO - Repassado aos Municípios - 2002	-	Reais
Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef Multigovernamental - 2002	-	Reais

JAGUARIPE código: 291780

[Frota 2003](#)

Descrição	Valor	Unidade
Total da Frota - 2003	225	Veículos
Automóvel - Tipo de Veículo - 2003	76	Automóveis
Bonde - Tipo de Veículo - 2003	0	Bondes
Caminhão - Tipo de Veículo - 2003	14	Caminhões
Caminhão trator - Tipo de Veículo - 2003	0	Caminhões tratores
Caminhonete - Tipo de Veículo - 2003	9	Caminhonetes
Camioneta - Tipo de Veículo - 2003	42	Camionetas
Chassi e plataforma - Tipo de Veículo - 2003	0	Chassis
Ciclo motor - Tipo de Veículo - 2003	0	Ciclomotores
Micro-ônibus - Tipo de Veículo - 2003	3	Micro-ônibus
Motocicleta - Tipo de Veículo - 2003	70	Motocicletas
Motoneta - Tipo de Veículo - 2003	2	Motonetas
Ônibus - Tipo de Veículo - 2003	9	Ônibus
Quadriciclo - Tipo de Veículo - 2003	0	Quadriciclos
Reboque - Tipo de Veículo - 2003	0	Reboques
Semi-reboque - Tipo de Veículo - 2003	0	Semi-reboques
Side-car - Tipo de Veículo - 2003	0	Side-cars
Outros - Tipo de Veículo - 2003	0	Outros
Trator de esteiras - Tipo de Veículo - 2003	0	Tratores
Trator de rodas - Tipo de Veículo - 2003	0	Tratores
Triciclo - Tipo de Veículo - 2003	0	Triciclos
Utilitário - Tipo de Veículo - 2003	0	Utilitários

JAGUARIPE código: 291780

[Instituições Financeiras 2003](#)

Descrição	Valor	Unidade
Número de Agências - 2003	-	Agências
Operações de Crédito - 2003	-	Reais
Depósitos à vista - governo - 2003	-	Reais
Depósitos à vista - privado - 2003	-	Reais
Poupança - 2003	-	Reais
Depósitos à prazo - 2003	-	Reais
Obrigações por Recebimento - 2003	-	Reais

JAGUARIPE código: 291780

[Lavoura Permanente 2002](#)

Descrição	Valor	Unidade
Abacate - quantidade produzida - 2002	-	Mil Frutos
Abacate - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Abacate - área plantada - 2002	-	Hectares
Abacate - área colhida - 2002	-	Hectares
Abacate - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Algodão arbóreo (em caroço) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Algodão arbóreo (em caroço) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Algodão arbóreo (em caroço) - área plantada - 2002	-	Hectares
Algodão arbóreo (em caroço) - área colhida - 2002	-	Hectares
Algodão arbóreo (em caroço) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Azeitona - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Azeitona - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Azeitona - área plantada - 2002	-	Hectares
Azeitona - área colhida - 2002	-	Hectares
Azeitona - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Banana - quantidade produzida - 2002	1680	Cachos
Banana - valor da produção - 2002	336	Mil Reais
Banana - área plantada - 2002	140	Hectares
Banana - área colhida - 2002	140	Hectares
Banana - rendimento médio - 2002	12000	Mil Reais
Borracha (látex coagulado) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Borracha (látex coagulado) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Borracha (látex coagulado) - área plantada - 2002	-	Hectares
Borracha (látex coagulado) - área colhida - 2002	-	Hectares
Borracha (látex coagulado) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Cacau (em amêndoa) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Cacau (em amêndoa) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Cacau (em amêndoa) - área plantada - 2002	-	Hectares
Cacau (em amêndoa) - área colhida - 2002	-	Hectares
Cacau (em amêndoa) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Café (em côco) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Café (em côco) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Café (em côco) - área plantada - 2002	-	Hectares
Café (em côco) - área colhida - 2002	-	Hectares
Café (em côco) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Caqui - quantidade produzida - 2002	-	Mil Frutos
Caqui - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Caqui - área plantada - 2002	-	Hectares
Caqui - área colhida - 2002	-	Hectares
Caqui - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Castanha de caju - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Castanha de caju - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Castanha de caju - área plantada - 2002	-	Hectares
Castanha de caju - área colhida - 2002	-	Hectares
Castanha de caju - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Chá-da-Índia (folha verde) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Chá-da-Índia (folha verde) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais

Chá-da-Índia (folha verde) - área plantada - 2002	´-	Hectares
Chá-da-Índia (folha verde) - área colhida - 2002	´-	Hectares
Chá-da-Índia (folha verde) - área destinada à colheita - 2002	´-	Mil Reais
Coco-da-baía - quantidade produzida - 2002	360	Mil Frutos
Coco-da-baía - valor da produção - 2002	90	Mil Reais
Coco-da-baía - área plantada - 2002	90	Hectares
Coco-da-baía - área colhida - 2002	90	Hectares
Coco-da-baía - rendimento médio - 2002	4000	Mil Reais
Dendê (côco) - quantidade produzida - 2002	20250	Toneladas
Dendê (côco) - valor da produção - 2002	1823	Mil Reais
Dendê (côco) - área plantada - 2002	4500	Hectares
Dendê (côco) - área colhida - 2002	4500	Hectares
Dendê (côco) - rendimento médio - 2002	4500	Mil Reais
Erva-mate (folha verde) - quantidade produzida - 2002	´-	Toneladas
Erva-mate (folha verde) - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Erva-mate (folha verde) - área plantada - 2002	´-	Hectares
Erva-mate (folha verde) - área colhida - 2002	´-	Hectares
Erva-mate (folha verde) - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Figo - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos
Figo - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Figo - área plantada - 2002	´-	Hectares
Figo - área colhida - 2002	´-	Hectares
Figo - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Goiaba - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos
Goiaba - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Goiaba - área plantada - 2002	´-	Hectares
Goiaba - área colhida - 2002	´-	Hectares
Goiaba - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Guaraná (semente) - quantidade produzida - 2002	´-	Toneladas
Guaraná (semente) - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Guaraná (semente) - área plantada - 2002	´-	Hectares
Guaraná (semente) - área colhida - 2002	´-	Hectares
Guaraná (semente) - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Laranja - quantidade produzida - 2002	3000	Mil Frutos
Laranja - valor da produção - 2002	75	Mil Reais
Laranja - área plantada - 2002	150	Hectares
Laranja - área colhida - 2002	150	Hectares
Laranja - rendimento médio - 2002	20000	Mil Reais
Limão - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos
Limão - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Limão - área plantada - 2002	´-	Hectares
Limão - área colhida - 2002	´-	Hectares
Limão - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Maçã - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos
Maçã - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Maçã - área plantada - 2002	´-	Hectares
Maçã - área colhida - 2002	´-	Hectares
Maçã - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Mamão - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos
Mamão - valor da produção - 2002	´-	Mil Reais
Mamão - área plantada - 2002	´-	Hectares
Mamão - área colhida - 2002	´-	Hectares
Mamão - rendimento médio - 2002	´-	Mil Reais
Manga - quantidade produzida - 2002	´-	Mil Frutos

Manga - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Manga - área plantada - 2002	^	Hectares
Manga - área colhida - 2002	^	Hectares
Manga - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Maracujá - quantidade produzida - 2002	^	Mil Frutos
Maracujá - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Maracujá - área plantada - 2002	^	Hectares
Maracujá - área colhida - 2002	^	Hectares
Maracujá - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Marmelo - quantidade produzida - 2002	^	Mil Frutos
Marmelo - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Marmelo - área plantada - 2002	^	Hectares
Marmelo - área colhida - 2002	^	Hectares
Marmelo - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Noz (fruto seco) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Noz (fruto seco) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Noz (fruto seco) - área plantada - 2002	^	Hectares
Noz (fruto seco) - área colhida - 2002	^	Hectares
Noz (fruto seco) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Palmito - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Palmito - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Palmito - área plantada - 2002	^	Hectares
Palmito - área colhida - 2002	^	Hectares
Palmito - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Pêra - quantidade produzida - 2002	^	Mil Frutos
Pêra - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Pêra - área plantada - 2002	^	Hectares
Pêra - área colhida - 2002	^	Hectares
Pêra - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Pêssego - quantidade produzida - 2002	^	Mil Frutos
Pêssego - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Pêssego - área plantada - 2002	^	Hectares
Pêssego - área colhida - 2002	^	Hectares
Pêssego - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Pimenta-do-reino - quantidade produzida - 2002	3	Toneladas
Pimenta-do-reino - valor da produção - 2002	12	Mil Reais
Pimenta-do-reino - área plantada - 2002	2	Hectares
Pimenta-do-reino - área colhida - 2002	2	Hectares
Pimenta-do-reino - rendimento médio - 2002	1500	Mil Reais
Sisal ou agave - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Sisal ou agave - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Sisal ou agave - área plantada - 2002	^	Hectares
Sisal ou agave - área colhida - 2002	^	Hectares
Sisal ou agave - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Tangerina - quantidade produzida - 2002	^	Mil Frutos
Tangerina - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Tangerina - área plantada - 2002	^	Hectares
Tangerina - área colhida - 2002	^	Hectares
Tangerina - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Tungue (fruto seco) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Tungue (fruto seco) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Tungue (fruto seco) - área plantada - 2002	^	Hectares
Tungue (fruto seco) - área colhida - 2002	^	Hectares
Tungue (fruto seco) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais

Urucum (semente) - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Urucum (semente) - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Urucum (semente) - área plantada - 2002	'-	Hectares
Urucum (semente) - área colhida - 2002	'-	Hectares
Urucum (semente) - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Uva - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Uva - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Uva - área plantada - 2002	'-	Hectares
Uva - área colhida - 2002	'-	Hectares
Uva - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais

JAGUARIPE código: 291780

Lavoura Temporária 2002

Descrição	Valor	Unidade
Abacaxi - quantidade produzida - 2002	-	Mil Frutos
Abacaxi - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Abacaxi - área plantada - 2002	-	Hectares
Abacaxi - área colhida - 2002	-	Hectares
Abacaxi - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Algodão herbáceo (em caroço) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Algodão herbáceo (em caroço) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Algodão herbáceo (em caroço) - área plantada - 2002	-	Hectares
Algodão herbáceo (em caroço) - área colhida - 2002	-	Hectares
Algodão herbáceo (em caroço) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Alho - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Alho - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Alho - área plantada - 2002	-	Hectares
Alho - área colhida - 2002	-	Hectares
Alho - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Amendoim (em casca) - quantidade produzida - 2002	18	Toneladas
Amendoim (em casca) - valor da produção - 2002	5	Mil Reais
Amendoim (em casca) - área plantada - 2002	20	Hectares
Amendoim (em casca) - área colhida - 2002	20	Hectares
Amendoim (em casca) - rendimento médio - 2002	900	Mil Reais
Arroz (em casca) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Arroz (em casca) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Arroz (em casca) - área plantada - 2002	-	Hectares
Arroz (em casca) - área colhida - 2002	-	Hectares
Arroz (em casca) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Aveia (em grão) - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Aveia (em grão) - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Aveia (em grão) - área plantada - 2002	-	Hectares
Aveia (em grão) - área colhida - 2002	-	Hectares
Aveia (em grão) - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Batata-doce - quantidade produzida - 2002	22	Toneladas
Batata-doce - valor da produção - 2002	7	Mil Reais
Batata-doce - área plantada - 2002	4	Hectares
Batata-doce - área colhida - 2002	4	Hectares
Batata-doce - rendimento médio - 2002	5500	Mil Reais
Batata-inglesa - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Batata-inglesa - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Batata-inglesa - área plantada - 2002	-	Hectares
Batata-inglesa - área colhida - 2002	-	Hectares
Batata-inglesa - rendimento médio - 2002	-	Mil Reais
Cana-de-açúcar - quantidade produzida - 2002	12000	Toneladas
Cana-de-açúcar - valor da produção - 2002	1080	Mil Reais
Cana-de-açúcar - área plantada - 2002	200	Hectares
Cana-de-açúcar - área colhida - 2002	200	Hectares
Cana-de-açúcar - rendimento médio - 2002	60000	Mil Reais
Cebola - quantidade produzida - 2002	-	Toneladas
Cebola - valor da produção - 2002	-	Mil Reais
Cebola - área plantada - 2002	-	Hectares

Cebola - área colhida - 2002	^	Hectares
Cebola - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Centeio (em grão) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Centeio (em grão) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Centeio (em grão) - área plantada - 2002	^	Hectares
Centeio (em grão) - área colhida - 2002	^	Hectares
Centeio (em grão) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Cevada (em grão) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Cevada (em grão) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Cevada (em grão) - área plantada - 2002	^	Hectares
Cevada (em grão) - área colhida - 2002	^	Hectares
Cevada (em grão) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Ervilha (em grão) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Ervilha (em grão) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Ervilha (em grão) - área plantada - 2002	^	Hectares
Ervilha (em grão) - área colhida - 2002	^	Hectares
Ervilha (em grão) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Fava (em grão) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Fava (em grão) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Fava (em grão) - área plantada - 2002	^	Hectares
Fava (em grão) - área colhida - 2002	^	Hectares
Fava (em grão) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Feijão (em grão) - quantidade produzida - 2002	16	Toneladas
Feijão (em grão) - valor da produção - 2002	18	Mil Reais
Feijão (em grão) - área plantada - 2002	20	Hectares
Feijão (em grão) - área colhida - 2002	20	Hectares
Feijão (em grão) - rendimento médio - 2002	800	Mil Reais
Fumo (em folha) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Fumo (em folha) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Fumo (em folha) - área plantada - 2002	^	Hectares
Fumo (em folha) - área colhida - 2002	^	Hectares
Fumo (em folha) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Juta (fibra) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Juta (fibra) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Juta (fibra) - área plantada - 2002	^	Hectares
Juta (fibra) - área colhida - 2002	^	Hectares
Juta (fibra) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Linho (semente) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Linho (semente) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Linho (semente) - área plantada - 2002	^	Hectares
Linho (semente) - área colhida - 2002	^	Hectares
Linho (semente) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Malva (fibra) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Malva (fibra) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Malva (fibra) - área plantada - 2002	^	Hectares
Malva (fibra) - área colhida - 2002	^	Hectares
Malva (fibra) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Mamona (bagaço) - quantidade produzida - 2002	^	Toneladas
Mamona (bagaço) - valor da produção - 2002	^	Mil Reais
Mamona (bagaço) - área plantada - 2002	^	Hectares
Mamona (bagaço) - área colhida - 2002	^	Hectares
Mamona (bagaço) - rendimento médio - 2002	^	Mil Reais
Mandioca - quantidade produzida - 2002	14000	Toneladas
Mandioca - valor da produção - 2002	2100	Mil Reais

Mandioca - área plantada - 2002	1000	Hectares
Mandioca - área colhida - 2002	1000	Hectares
Mandioca - rendimento médio - 2002	14000	Mil Reais
Melancia - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Melancia - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Melancia - área plantada - 2002	'-	Hectares
Melancia - área colhida - 2002	'-	Hectares
Melancia - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Melão - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Melão - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Melão - área plantada - 2002	'-	Hectares
Melão - área colhida - 2002	'-	Hectares
Melão - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Milho (em grão) - quantidade produzida - 2002	27	Toneladas
Milho (em grão) - valor da produção - 2002	9	Mil Reais
Milho (em grão) - área plantada - 2002	30	Hectares
Milho (em grão) - área colhida - 2002	30	Hectares
Milho (em grão) - rendimento médio - 2002	900	Mil Reais
Rami (fibra) - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Rami (fibra) - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Rami (fibra) - área plantada - 2002	'-	Hectares
Rami (fibra) - área colhida - 2002	'-	Hectares
Rami (fibra) - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Soja (em grão) - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Soja (em grão) - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Soja (em grão) - área plantada - 2002	'-	Hectares
Soja (em grão) - área colhida - 2002	'-	Hectares
Soja (em grão) - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Sorgo granífero (em grão) - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Sorgo granífero (em grão) - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Sorgo granífero (em grão) - área plantada - 2002	'-	Hectares
Sorgo granífero (em grão) - área colhida - 2002	'-	Hectares
Sorgo granífero (em grão) - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Tomate - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Tomate - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Tomate - área plantada - 2002	'-	Hectares
Tomate - área colhida - 2002	'-	Hectares
Tomate - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais
Trigo (em grão) - quantidade produzida - 2002	'-	Toneladas
Trigo (em grão) - valor da produção - 2002	'-	Mil Reais
Trigo (em grão) - área plantada - 2002	'-	Hectares
Trigo (em grão) - área colhida - 2002	'-	Hectares
Trigo (em grão) - rendimento médio - 2002	'-	Mil Reais

JAGUARIPE código: 291780

[Óbitos Hospitalares 2003](#)

Descrição	Valor	Unidade
Óbitos - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças- infecciosas e parasitárias - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - neoplasias - tumores - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - sangue, órgãos hematológicos, transtornos imunitários - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - endócrinas, nutricionais e metabólicas - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - transtornos mentais e comportamentais - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - sistema nervoso - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - olhos e anexos - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - ouvido e da apófise mastóide - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - aparelho circulatório - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - aparelho respiratório - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - aparelho digestivo - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - pele e do tecido subcutâneo - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - osteomuscular e tecido conjuntivo - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - aparelho geniturinário - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - doenças - originadas no período perinatal - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - gravidez, parto e puerpério - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - sintomas, sinais e achados anormais em exames clínicos e laboratoriais - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - causas externas - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - causas externas de morbidade e mortalidade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - contatos com serviços de saúde - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - outros - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - menos de 1 ano de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 1 a 4 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 5 a 9 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 10 a 14 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 15 a 19 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 20 a 29 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 30 a 39 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 40 a 49 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 50 a 59 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 60 a 69 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 70 a 79 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - homens - de 80 anos ou mais de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - menos de 1 ano de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 1 a 4 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 5 a 9 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 10 a 14 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 15 a 19 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 20 a 29 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 30 a 39 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 40 a 49 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 50 a 59 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos

Óbitos - mulheres - de 60 a 69 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 70 a 79 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - mulheres - de 80 anos ou mais de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - menos de 1 ano de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 1 a 4 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 5 a 9 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 10 a 14 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 15 a 19 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 20 a 29 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 30 a 39 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 40 a 49 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 50 a 59 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 60 a 69 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 70 a 79 anos de idade - 2003	não informado	Óbitos
Óbitos - pessoas - de 80 anos ou mais de idade - 2003	não informado	Óbitos

JAGUARIPE código: 291780

[Pecuária 2002](#)

Descrição	Valor	Unidade
Bovinos - efetivo dos rebanhos - 2002	14130	Cabeças
Suínos - efetivo dos rebanhos - 2002	4770	Cabeças
Eqüinos - efetivo dos rebanhos - 2002	470	Cabeças
Asininos - efetivo dos rebanhos - 2002	320	Cabeças
Muares - efetivo dos rebanhos - 2002	600	Cabeças
Bubalinos - efetivo dos rebanhos - 2002	60	Cabeças
Coelhos - efetivo dos rebanhos - 2002	-	Cabeças
Ovinos - efetivo dos rebanhos - 2002	35	Cabeças
Galinhas - efetivo dos rebanhos - 2002	12795	Cabeças
Galos, frangas, frangos e pintos - efetivo dos rebanhos - 2002	12900	Cabeças
Codornas - efetivo dos rebanhos - 2002	-	Cabeças
Caprinos - efetivo dos rebanhos - 2002	40	Cabeças
Vacas ordenhadas - quantidade (cabeças) - 2002	1390	Cabeças
Leite de vaca - produção - quantidade (mil litros) - 2002	656	Mil Litros
Ovinos tosquiados - quantidade (cabeças) - 2002	-	Cabeças
Lã - produção - quantidade (kg) - 2002	-	Kg
Casulos do bicho-da-seda - produção - quantidade (Kg) - 2002	-	Kg
		Mil
Ovos de galinha - produção - quantidade (mil dúzias) - 2002	55	Dúzias
		Mil
Ovos de codorna - produção - quantidade (mil dúzias) - 2002	-	Dúzias
Mel de Abelha - produção - quantidade (kg) - 2002	-	Kg

JAGUARIPE código: 291780

[População e Domicílios - Censo Demográfico 2000](#)

Descrição	Valor	Unidade
Pessoas residentes - 2000	13422	Habitantes
Homens residentes - 2000	6890	Habitantes
Mulheres residentes - 2000	6532	Habitantes
Pessoas residentes - área urbana - 2000	4632	Habitantes
Pessoas residentes - área rural - 2000	8790	Habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - 2000	10172	Habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - alfabetizada - 2000	6566	Habitantes
Pessoas residentes - 10 anos ou mais de idade - taxa de alfabetização - 2000	64,5	%
Pessoas residentes - 0 a 4 anos de idade - 2000	1628	Habitantes
Pessoas residentes - 5 a 9 anos de idade - 2000	1622	Habitantes
Pessoas residentes - 10 a 19 anos de idade - 2000	3382	Habitantes
Pessoas residentes - 20 a 29 anos de idade - 2000	2348	Habitantes
Pessoas residentes - 30 a 39 anos de idade - 2000	1545	Habitantes
Pessoas residentes - 40 a 49 anos de idade - 2000	1057	Habitantes
Pessoas residentes - 50 a 59 anos de idade - 2000	786	Habitantes
Pessoas residentes - 60 anos ou mais de idade - 2000	1054	Habitantes
Domicílios particulares permanentes - 2000	3009	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - forma de abastecimento de água - rede geral - 2000	1206	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - forma de abastecimento de água - poço ou nascente - 2000	1433	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - forma de abastecimento de água - outras formas - 2000	370	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário - 2000	1495	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - com banheiro ou sanitário - esgotamento sanitário - rede geral - 2000	78	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - sem banheiro ou sanitário - 2000	1514	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - destino de lixo - coletado - 2000	725	Domicílios
Domicílios particulares permanentes - destino de lixo - outro destino - 2000	2284	Domicílios

JAGUARIPE código: 291780

[Representação Política 2000](#)

Descrição	Valor	Unidade
Eleição municipal - Nome do candidato eleito - 2000	Deralsita Antonia Teixeira de Pinho	
Eleição municipal - Partido do candidato eleito - 2000	PFL	
Eleição municipal - Número de votos do candidato eleito - 2000	3354	Votos
Eleição municipal - Nome do candidato segundo colocado - 2000	Heraclito Rocha Arandas	
Eleição municipal - Partido do candidato segundo colocado - 2000	PTB	
Eleição municipal - Número de votos do candidato segundo colocado - 2000	3159	Votos
Eleição municipal - Votos válidos - 2000	6686	Votos
Eleição municipal - Número de eleitores - 2000	9478	Eleitores

JAGUARIPE código: 291780

[Serviços de Saúde 2002](#)

Descrição	Valor	Unidade
Estabelecimentos de Saúde total - 2002	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde públicos - 2002	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde privados - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com internação - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com internação públicos - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com internação privados - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde sem internação - 2002	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde sem internação públicos - 2002	8	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde sem internação privados - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia públicos - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde de apoio à diagnose e terapia privados - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com plano de saúde próprio - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços a plano de saúde de terceiros - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde com atendimento particular - 2002	0	Estabelecimentos
Estabelecimentos de Saúde que prestam serviços ao SUS - 2002	8	Estabelecimentos
Postos de trabalho de nível superior - 2002	18	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de médicos - 2002	9	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de enfermeiros - 2002	1	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de odontólogos - 2002	8	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de nível técnico/auxiliar - 2002	21	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de auxiliar de enfermagem - 2002	18	Postos de Trabalho
Postos de trabalho de técnicos de enfermagem - 2002	2	Postos de Trabalho
Leitos - 2002	0	Leitos
Leitos disponíveis ao SUS - 2002	0	Leitos
Internações no ano de 2001 - 2002	0	Internações
Equipamentos de diagnóstico através de imagem - 2002	0	Equipamentos
Equipamentos de infra-estrutura - 2002	0	Equipamentos
Equipamentos por métodos óticos - 2002	0	Equipamentos
Equipamentos por métodos gráficos - 2002	0	Equipamentos
Equipamentos para terapia por radiação - 2002	0	Equipamentos
Equipamentos para manutenção da vida - 2002	0	Equipamentos
Mamógrafos com comando simples - 2002	0	Mamógrafos
Mamógrafos com estereotaxia - 2002	0	Mamógrafos
Tomógrafos - 2002	0	Tomógrafos
Eletrocardiógrafos - 2002	0	Eletrocardiógrafos
Ultra-som doppler colorido - 2002	0	Equipamentos
Ultra-som ecógrafo - 2002	0	Equipamentos
Eletroencefalógrafos - 2002	0	Eletroencefalógrafos
Equipamentos de hemodiálise - 2002	0	Equipamentos

Raio X para densitometria óssea - 2002	0	Equipamentos
Raio X até 100mA existentes - 2002	0	Equipamentos
Raio X de 100 a 500mA - 2002	0	Equipamentos
Raio X mais de 500mA - 2002	0	Equipamentos
Equipo odontológicos - 2002	6	Saúde
Grupo de geradores - 2002	0	Saúde

ANEXO B – Matéria do Jornal “A Tarde” sobre improbidade em Jaguaripe

Assunto: Deralzita Teixeira de Pinho

A Tarde (BA) - 22/9/2004

Justiça afasta a prefeita de Jaguaripe por improbidade

Flávio Oliveira e Redação

Julgada ontem pelo Tribunal de Justiça da Bahia, foi afastada do cargo, por unanimidade da Câmara Especializada, a prefeita Deralzita Antônia Teixeira de Pinho (PFL), conhecida como Derá, do município de Jaguaripe (distante 240 km da capital), após o julgamento de denúncia criminal de estelionato formulada pelo Ministério Público Estadual (MPE). O julgamento do prefeito José Luís Mendes Brito (PFL), de Acajutiba (a 179 km de Salvador), não foi finalizado, já que o juiz Delmário Leal, que substituíra o desembargador Salvador Gonzalez, pediu vistas ao processo.

Apesar disso, o afastamento do prefeito de Acajutiba é tido como certo, já que o relator do processo, desembargador Rubem Dario Peregrino, votou pelo recebimento da denúncia, sem prisão preventiva, com o afastamento do cargo enquanto durar o processo. A desembargadora Lícia Carvalho acompanhou o voto contra o prefeito José Luís Mendes.

O entendimento da Câmara Especializada é o de que o afastamento é imediato e permanece enquanto durar a instrução criminal, no máximo 120 dias. Mesmo assim, a prefeita pode recorrer da decisão para tentar se manter no poder. Na sessão de ontem, a Câmara Especializada decidiu ainda adiar, por duas sessões, o processo do prefeito Paulo Martinho Apolinário da Silva, de Itajuípe, acusado de improbidade administrativa, e declarar extinta a punibilidade do prefeito de Glória, Tertuliano Lisboa, em face da prescrição do processo.

ESTELIONATO - A acusação contra Deralzita Pinho é a de passar 137 cheques sem fundos. De acordo com o MPE, o uso de cheques sem provimentos corresponde a estelionato, atentado à moralidade administrativa e prejuízo ao erário, uma vez que o município tem de arcar com taxas e juros bancários.

Outros dois processos de recebimento de denúncias seriam julgados ontem, seriam a ação contra Martinho Apolinário da Silva (PFL), de Itajuípe, que responde a mais uma denúncia criminal.

A primeira foi recebida, e os desembargadores que compõem a Câmara decidiram pelo seu afastamento imediato. Porém, voltou ao cargo por força de um habeas corpus do Superior Tribunal de Justiça (STJ). No caso do prefeito Tertuliano Lisboa, do município de Glória, o processo deve ser extinto, inclusive por pedido do próprio MPE, devido à sua prescrição, já que o prefeito acusado tem mais de 70 anos.

José Mendes Brito - irmão do ex-ministro de Minas e Energia Raimundo Brito - é acusado de fraudar licitações para favorecer, entre outros, seu irmão, proprietário de um frigorífico, que vendeu aproximadamente R\$ 700 mil para a prefeitura ao longo de sete anos em que continuamente ganhou as concorrências.

Em reportagem publicada em A TARDE, o prefeito rebateu as acusações garantindo a legalidade dos processos licitatórios e alegou que preferia comprar com empresários conhecidos, pois Acajutiba é um município pobre e, assim, poderia atrasar nos pagamentos aos fornecedores.

Os conceitos e opiniões veiculados nesta matéria são de responsabilidade exclusiva do veículo em que foi publicada. Este material não pode ser usado comercialmente nem redistribuído, e seu uso é restrito a finalidades informativas e de pesquisa.

<http://www.deunojornal.org.br/materia.asp?mat=12439>

ANEXO C – GUIA DA PESQUISA COM A COMUNIDADE:

Abaixo as perguntas que conduziram as entrevistas e o que essas perguntas pretendiam aferir.

- Qual a perspectiva de futuro para os jovens? (verificar se eles acreditam no desenvolvimento da comunidade, na sua sustentabilidade)
- Se você tivesse 17 anos hoje, o que você faria? (reforço do objetivo anterior)
- Quais são as lideranças em Ilha D'ajuda? (Verificar se existem lideranças comunitárias legítimas?)
- Você é uma pessoa de sucesso? (verificar a primazia do dinheiro como medida do sucesso)
- Você participa de alguma associação? (Verificar associativismo e participação)
- Você participa das reuniões? (verificar a participação em processos comunitários)
- Quem (mais) participa? (verificar se as relações de compadrio converte-se sem poder de mobilização)
- É beneficiário de algum programa de apoio da prefeitura ou governo estadual e federal? (verificar os programas assistencialistas)
- Como conseguiu ter acesso a esses programas? (verificar clientelismo)
- Quem pode resolver os problemas de Ilha D'ajuda? (verificar clientelismo)
- O que a prefeitura tem feito por Ilha D'ajuda ? O que pode fazer? (verificar percepção do papel do Estado)
- O que melhorou para a comunidade com a implantação dos empreendimentos de carcinicultura? (verificar os impactos desse empreendimento na comunidade)
- Qual sua renda família média? (verificar rendimento das famílias)

- A quantidade de pescado tem crescido/decrescido nos últimos anos? O que tem feito para compensar isso? (verificar se estão indo pescar em áreas mais afastadas da costa, em outros municípios)
- Utiliza a infraestrutura da colônia/associação ? Porque? (verificar se sentem-se donos do patrimônio da colônia/associação)
- Você tem outros amigos e parentes na mesma atividade? Quem são? (verificar relações de compadrio)
- Existe pesca predatória em Ilha D´ajuda? (verificar práticas predatórias)
- Quais os principais problemas ambientais de Ilha D´ajuda? (verificar se têm consciência dos problemas ambientais de Ilha d´Ajuda)
- Quais os peixes e mariscos mais capturados ? (Verificar produção)